VISÕES DO DESENVOLVIMENTO

OUTUBRO • 2026 • EDIÇÃO 6

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

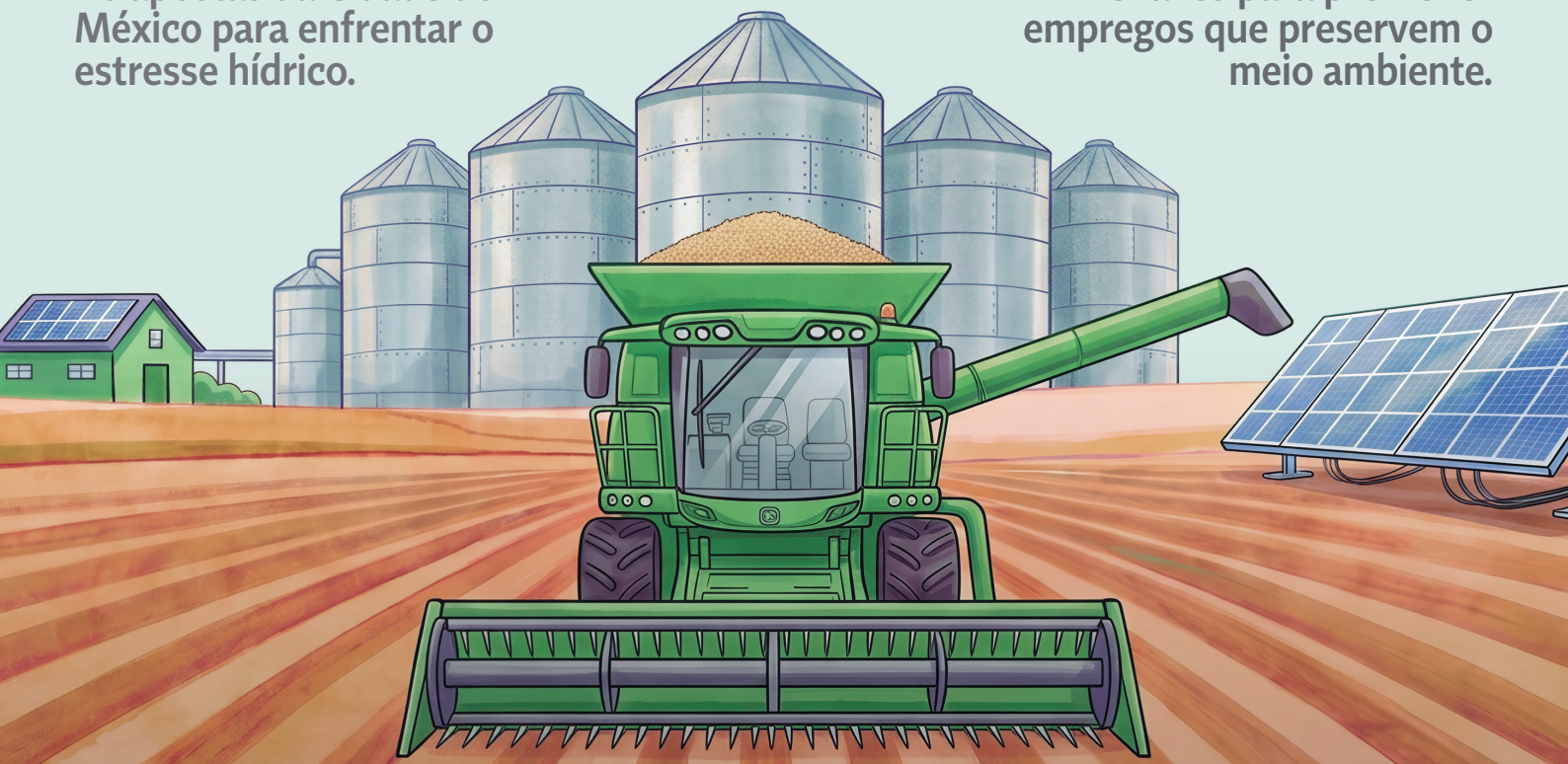
América Latina e Caribe
Cada caminho uma oportunidade

Acupuntura para a água

As apostas da Cidade do México para enfrentar o estresse hídrico.

O futuro do trabalho ganha um tom verde

Chaves para promover empregos que preservem o meio ambiente.



Semear para colher progresso

O desafio da **América Latina e Caribe** de transformar as suas vantagens naturais em produtividade, sustentabilidade e inclusão.

CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

América Latina e Caribe
Cada caminho uma oportunidade

GOBIERNO NACIONAL
★ CON PASO FIRME ★

FORUM CAF AMÉRICA LATINA E CARIBE 2027

Um espaço de alto nível que reúne Chefes de Estado, líderes empresariais e tomadores de decisão para impulsionar investimentos, gerar alianças e construir uma agenda compartilhada que fortaleça o desenvolvimento e a competitividade da região.

27 e 28 de janeiro de 2027
Panamá Convention Center



Saiba mais sobre o fórum

www.caf.com
@AgendaCAF

VISÕES DO DESENVOLVIMENTO

É uma publicação do:

CAF —BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE—

https://www.caf.com/

EQUIPE CAF

Sergio Díaz-Granados
Presidente Executivo

Gianpiero Leoncini
Vice-Presidente Executivo

Christian Asinelli
Vice-Presidente Corporativo de Programação Estratégica

Antonio H. Pinheiro Silveira
Vice-Presidente do Setor Privado

Gabriel Felpeto
Vice-Presidente de Finanças

Emilio Uquillas
Vice-Presidente de Países

Alicia Montalvo
Vice-Presidente de Cooperação, Parcerias e Mobilização

Alejandra Claros
Secretária Geral

Andrés Zamora
Diretor de Comunicação Estratégica

Robert Valls
Executivo Principal de Comunicação Estratégica

© 2026 CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total sem autorização do CAF.
As opiniões expressas em artigos ou análises são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a política do CAF.

Disponível em espanhol, português e inglês







SEXTA EDIÇÃO | OUTUBRO DE 2026

EQUIPE EDITORIAL

Ricardo Ávila Pinto
Diretor

Rosa María Cárdenas L.
Gestão de produção editorial

Álvaro Cuéllar Vanegas
Coordenação editorial e edição

Colaboradores
Germán Hernández
Fernando Gómez
Nohora Celedón
Jaime Viana
Carlos Lora
Catalina Marín

Tradução:
Inglês,
Mauricio Romero

Português,
Catalina Rodríguez Jaime

Desenho e conceito gráfico
R3

Correção de estilo
Juan Carlos Molano

Fotografias
Arquivo CAF
Arquivo CEET
Arquivos particulais
magnific.com

- Um projeto desenvolvido pelo CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e pela Editora EL TIEMPO.
- Desenvolvimento editorial: RMC Comunicaciones.
- Impresso pela Multi Impresos S.A.S.
- Impresso na Colômbia

Conteúdo

OUTUBRO • 2026 • EDIÇÃO 6







EDITORIAL

6 Um apelo à ação.

EM BREVE

7 Fortalecimento dos laços de cooperação.

CAPA

10 Semear para colher progresso.

18 “Que a vida no campo seja tão atraente quanto nas cidades”.

CONHECIMENTO

24 O futuro do trabalho ganha um tom verde.

PONTO DE VISTA

28 Agronegócios: a nova fronteira do investimento, da inovação e do crescimento na América Latina e no Caribe.

31 BiodiverCidades: a natureza como infraestrutura para o desenvolvimento local.

ASSUNTOS REGIONAIS

32 A resposta integral do CAF às emergências sísmicas.

36 As multilatinas tecem a nova integração regional.

AMBIENTE DIGITAL

40 O papel que a região deve desempenhar na transformação digital.

44 Roteiro para levar a tecnologia à prática.

FINANÇAS

48 Em busca da equidade perdida.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

52 Acupuntura para a água.

56 A memória de que as escolas precisam.

EVOLUÇÃO VERDE

60 Um oceano de possibilidades para a região.

INCLUSÃO

64 A tarefa urgente de reduzir a disparidades.

GERAÇÃO VERDE

68 Educação ambiental para as crianças.

FORMAÇÃO

70 Desafios da juventude na América Latina e no Caribe.









Um apelo à ação



Sergio Díaz-Granados
Presidente Executivo do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —.

A América Latina e o Caribe é uma região que abriga um potencial extraordinário para liderar a sustentabilidade global devido à sua riqueza natural, à sua diversidade e à sua capacidade de inovação.

Quando os relatórios indicam que a América Latina e o Caribe são a região com a maior taxa de pessoas que vivem em áreas urbanas, a mensagem implícita é o despovoamento relativo de suas áreas rurais. Desde o início do século passado, e com maior intensidade a partir de 1950, milhões de pessoas partiram para vilas e cidades devido a diversos fatores.

Os estudiosos abordam o processo de industrialização que aumentou a demanda por mão de obra, bem como outros fatores, como a falta de acesso a serviços de educação e saúde, a marginalização e a violência. O fenômeno da migração interna não é exclusivo desta parte do mundo, ainda que, no nosso caso, se caracterize pela rapidez e intensidade com que ocorreu em um período de poucas décadas.

Embora os laços com o campo continuassem existindo, em muitas sociedades passou-se a acreditar que as oportunidades de progresso se encontravam principalmente na indústria e nos serviços. Felizmente, essa percepção começou a ser reavaliada há algum tempo, como demonstra o fato de que agora somos o principal exportador líquido de alimentos do planeta.

Não há dúvida de que dispomos de vantagens naturais únicas, a começar por terra fértil e água em abundância, além de uma grande variedade de zonas climáticas. Desse ponto de vista, estamos na posição ideal para atender a uma demanda global crescente, devido não apenas ao crescimento populacional, mas também ao aumento da renda, que leva a uma dieta mais rica e saudável.

Se aproveitarmos esse potencial ainda por desenvolver, poderíamos espalhar as sementes do bem-estar no âmbito regional. Em várias ocasiões assinalei que a nossa ruralidade tem como se transformar no grande motor de avanço produtivo e, de quebra, tornar-se determinante no objetivo de fechar lacunas estruturais.

Vale salientar que essas diferenças ainda são enormes. Embora tenha havido uma melhora ao longo deste século, a taxa de pobreza monetária nas áreas rurais da América Latina e do Caribe ainda é o dobro da observada nas cidades. No que diz respeito ao acesso a serviços públicos essenciais ou ao emprego formal, a diferença pode muito bem ser considerada abismal, o que leva muitos jovens a se mudarem para as áreas urbanas.

Reverter essa tendência não será fácil nem rápido, mas não há dúvida de que o panorama é diferente. Por um lado, aumentam os exemplos de operações agrícolas e pecuárias bem-sucedidas que aumentam a segurança alimentar, conquistam mercados e geram divisas, dando origem a ciclos virtuosos de investimento público e privado. Por outro lado, os avanços tecnológicos e a ênfase na sustentabilidade permitem vislumbrar um futuro em que o crescimento baseado nas atividades rurais e o cuidado com a natureza não sejam mutuamente exclusivos.

Esse é o tema central do nosso relatório deste ano no CAF, intitulado Raízes do futuro: O novo mundo rural da América Latina e do Caribe. Além de enfocar as possibilidades que temos de nos tornarmos uma verdadeira despensa global, o texto também menciona o subsolo e a riqueza mineral, que são fundamentais para a transição energética.

Além disso, devo mencionar o potencial que a região possui para diversificar suas fontes de atividade econômica, fora das áreas urbanas. Refiro-me ao turismo, à pesca e à aquicultura, à bioeconomia, às energias limpas e à transformação de recursos naturais com maior valor agregado.

Nada do que mencionei acontecerá por si só; pelo contrário, exige planejamento, liderança e capacidade de ação. Os gargalos são muitos e vão desde problemas com a titularidade da terra, passando pela infraestrutura precária ou pelo esforço limitado em pesquisa e desenvolvimento de plantas e árvores mais resistentes, até desafios como o das mudanças climáticas.

Por esse motivo, mais do que constatar as vantagens que possuímos, boa parte do conteúdo desta edição deve ser entendida como um apelo à ação. Sabemos que as condições para que o campo latino-americano e caribenho deixe de ser sinônimo de exclusão e pobreza já existem. Agora, o que importa é fazer com que seus frutos beneficiem o maior número possível de pessoas.



Na cerimônia de posse de Keiko Fujimori como presidente do Peru, estiveram presentes vários líderes andinos, entre eles, o presidente executivo do CAF, que reafirmaram sua disposição de cooperar.

Fortalecimento dos laços de cooperação

Durante a cerimônia de posse de Keiko Fujimori como presidente do Peru, realizada em 28 de julho em Lima, estiveram presentes os presidentes do Chile, José Antonio Kast; da Bolívia, Rodrigo Paz; do Equador, Daniel Noboa; do Panamá, José Raúl Mulino, bem como José Manuel Restrepo, vice-presidente da Colômbia, e Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

O encontro demonstrou a renovada vontade de fortalecer os laços de cooperação e avançar em uma agenda de maior integração da região andina, onde vivem mais de 120 milhões de pessoas.

"A posse de Keiko Fujimori foi uma oportunidade ideal para reafirmar o compromisso do CAF com o país, um dos fundadores da nossa instituição", afirmou o presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados.

Historicamente, o Peru tem desempenhado um papel fundamental nos esforços de integração andina e, nesta ocasião, voltou a ser o ponto de encontro para um diálogo voltado para o futuro da região.

"Acompanhar as transições democráticas na América Latina e no Caribe nos traz grande satisfação. Cada troca de governo reafirma o valor das instituições e a importância de promover consensos para o desenvolvimento, dando continuidade ao que já foi construído", acrescentou Díaz-Granados.

Cabe lembrar que, um dia antes da posse, o presidente executivo do CAF e a presidente do Conselho Empresarial Aliança por Ibero-América (CEAPI) Nuria Vilanova, se reuniram com Fujimori para reafirmar o apoio de ambas as instituições ao país e estabelecer as bases para uma cooperação com o novo governo.

Moody's eleva a classificação de crédito do CAF



O CAF alcançou a melhor classificação de crédito de longo prazo de sua história junto à Moody's Ratings, depois que a agência elevou sua classificação em dois níveis, passando de Aa3 para Aa1.

Essa nova classificação atribuída pela Moody's é um reconhecimento da solidez financeira do CAF e de seu papel como parceira estratégica para o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe. Além de valorizar sua sólida liquidez, a agência destacou o fortalecimento sustentado do patrimônio da instituição.

"Essa conquista é fruto do trabalho conjunto de nossos países acionistas e de toda a equipe do CAF. Continuaremos trabalhando para consolidar nosso impacto no desenvolvimento da região", afirmou Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF.

O CAF reafirma seu compromisso com a Colômbia

Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF, apresentou a Abelardo de la Espriella, presidente da Colômbia, o plano de financiamento da instituição para o período de 2026 a 2030.

O pacote financeiro, no valor de 9 bilhões de dólares — o maior já concedido pelo CAF na Colômbia —, apresenta quatro eixos principais: segurança energética, infraestrutura para a produtividade, prosperidade e inclusão social, e presença e fortalecimento territorial.

2,046 BILHÕES DE DÓLARES

O Conselho de Administração do CAF —banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe— aprovou um pacote financeiro de 2,046 bilhões de dólares destinado a impulsionar o desenvolvimento sustentável em vários países da região.

Setores estratégicos como infraestrutura, energias renováveis, conservação da biodiversidade, mobilidade urbana sustentável, desenvolvimento urbano, acesso à água potável e apoio ao investimento fazem parte das operações aprovadas.

Operações aprovadas pelo CAF, por país de destino:

- **Equador:** US$ 214,7 milhões.
- **Colômbia:** Renovação da linha de crédito com o BBVA Colômbia, no valor de US$ 200 milhões, para impulsionar o comércio e a cadeia agroindustrial sustentável da palma de óleo.
- **Uruguai:** US$ 85 milhões para uma nova estação de tratamento de água em Aguas Corrientes.
- **Argentina:** US$ 137,8 milhões para fornecimento de energia e US$ 387 milhões para conectividade viária na província de Neuquén. Ampliação da garantia de US$ 250 milhões para novas fontes de financiamento.
- **Honduras:** US$ 400 milhões para fortalecer o acesso à habitação social.
- **Brasil:** Empréstimo de US$ 100 milhões para a expansão da Linha 2–Verde do metrô de São Paulo.
- **Bolívia:** US$ 95 milhões para a recuperação da rodovia Sanya Bárbara-Caranavi.

Aliança para a reconstrução de escolas em Chocó



Shakira, Howard Buffett e representantes da Fundação Pies Descalzos e do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — visitaram Quibdó, capital do Chocó, um dos departamentos mais afetados pelo terremoto que abalou a Colômbia no último dia 10 de agosto.

Após a visita, anunciaram que contribuirão com mais de um milhão de dólares para a reconstrução das escolas afetadas. O compromisso inclui 500 mil dólares de Shakira e da Live Nation, 500 mil dólares do FIFA Global Citizen Education Fund e 250 mil dólares do CAF. "As escolas são mais do que apenas prédios. Elas proporcionam às crianças a estabilidade e a rotina de que mais precisam após um desastre", afirmou a artista de Barranquilla.



Impulso para empresas com impacto social e ambiental

O CAF lançou o Fundo Vela, um veículo com o qual busca mobilizar entre 100 e 150 milhões de dólares destinados a empresas e fundos que gerem retornos financeiros com impactos sociais e ambientais mensuráveis.

O Fundo Vela contará com o apoio do CAF como investidor âncora e com a gestão da Sonen Capital e do Fondo de Fondos de México, tornando-se o primeiro fundo regional de investimento de impacto estruturado por um banco multilatino de desenvolvimento.

Biodiversidade, economia azul, agricultura regenerativa, redução da pobreza por meio de investimentos em saúde, educação, empregabilidade, conectividade e serviços básicos, além de inclusão financeira, são alguns dos setores estratégicos para os quais serão direcionados os investimentos do Fundo Vela.

Apoio ao setor agrícola e às pequenas e médias empresas rurais no Panamá

O CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e o Banco Nacional do Panamá (Banconal) formalizaram um empréstimo A/B no valor de 500 milhões de dólares, destinado a impulsionar o setor agrícola e as pequenas e médias empresas nas áreas rurais do país centro-americano.

A operação — o primeiro empréstimo A/B na história do CAF no Panamá — deve beneficiar mais de 3.300 pequenas e médias empresas, com atenção especial àquelas lideradas por mulheres. Pelo menos metade dos recursos será destinada ao financiamento de atividades agrícolas e agroindustriais.



Semear para colher progresso

O verdadeiro desafio da América Latina e do Caribe não está na abundância de recursos, mas na capacidade de transformar suas vantagens naturais em produtividade, sustentabilidade e inclusão.

Por: Ricardo Ávila - Diretor de Visões do Desenvolvimento
@AgendaCAF



Já se passaram mais de cinco séculos desde que os primeiros cronistas das Índias registraram suas impressões ao percorrer o que viria a ser chamado de Novo Mundo. Nos diversos textos, repetem-se as expressões de surpresa diante da paisagem exuberante e heterogênea que os conquistadores encontraram, assim como diante da fertilidade da terra. "Como uma horta repleta de árvores verdes e muito fresca", escreveu Bartolomé de las Casas.

E Essas qualidades já foram celebradas inúmeras vezes. Como poucas regiões do mundo, a América Latina e o Caribe (ALC) contam com condições únicas para a produção de alimentos, a começar pela abundância de terra e água, bem como por uma grande variedade de andares térmicos.

Os dados falam por si mesmos. Com cerca de 8% da população mundial, a região possui 23% da área cultivável total, ou seja, pouco menos de 1.1 bilhão de hectares. Embora a área cultivada até o momento chegue a cerca de 741 milhões de hectares, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ainda há muito espaço para crescer.

Devido ao que já foi alcançado, os países da América Latina e do Caribe são, em conjunto, os principais exportadores líquidos de alimentos, com uma participação de 18% nesse segmento do comércio mundial. Soja, açúcar, milho, café, carne bovina, frango e suíno, abacate, camarão e banana são apenas alguns exemplos de uma extensa lista na qual a região ocupa o primeiro lugar.

Em um planeta onde haverá mais bocas para alimentar e a demanda cresce de forma mais do que proporcional ao crescimento da população, devido ao aumento da renda, a ALC está em uma

BIOINSUMOS: ENORME POTENCIAL

Um estudo recente da FAO, que analisou casos de adoção e produção de bioinsumos em cinco países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica e México), concluiu que essas tecnologias — derivadas de plantas, animais ou microrganismos — podem ser um investimento economicamente viável para os produtores da América Latina e do Caribe.

No entanto, o estudo alerta que sua viabilidade depende do tipo de cultura e solo, das condições agroecológicas, da escala de produção e da tecnologia utilizada. Os bioinsumos não devem ser entendidos como uma "fórmula mágica" e, pelo contrário, a complementaridade com insumos tradicionais de síntese química pode ser a principal opção, de acordo com as particularidades específicas.

A ALC é hoje a região onde o uso de bioinsumos cresce mais rapidamente em nível mundial, com uma expansão anual estimada em mais de 10%.

posição única para aproveitar a oportunidade de consolidar seu setor rural. Além disso, há amplo espaço para o desenvolvimento de elos nas cadeias agroalimentares.

É indispensável incluir nesse potencial setores como o florestal, o pesqueiro, o de aquícola e o turístico. Seguir esse caminho resultaria em benefícios que iriam desde o âmbito macroeconômico até a geração de empregos e a inclusão de comunidades atualmente marginalizadas.

Essa é uma das principais mensagens do Relatório de Economia e Desenvolvimento publicado recentemente pelo CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe. O relatório completo intitulado Raízes do futuro: O novo mundo rural da América Latina e do Caribe, apresenta, em suas mais de 400 páginas, apresenta um diagnóstico detalhado da realidade, juntamente com propostas sensatas sobre como fazer as coisas da maneira certa.

Ponto de partida

Que se trata de um assunto crucial é uma afirmação difícil de rebater. De acordo com cálculos do Centro Latino Americano de Demografia (Celade), na região da América Latina e do Caribe vivem cerca de 120 milhões de pessoas, número que equivale a 18% da população total.



A ALC está em uma posição única para aproveitar a oportunidade de consolidar seu setor rural.

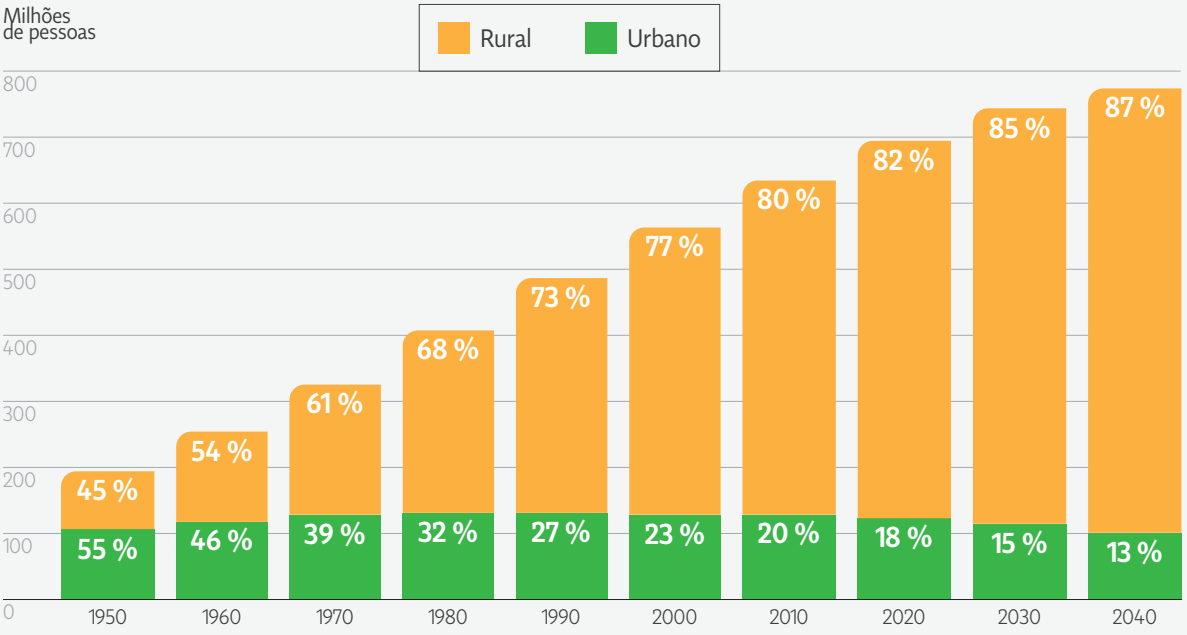


Assim como tem ocorrido nas mais diversas regiões do mundo, essa proporção vem diminuindo, pois, em meados do século passado, ela se aproximava da metade. A tendência deve continuar nos próximos anos, até chegar a cerca de 13% por volta de 2040. O peso do setor na economia também diminuiu — como é comum no cenário global. A perda de participação é compensada pelo crescimento dos serviços, enquanto a indústria registra recuos menores.

No entanto, o setor agropecuário mantém uma participação significativa no valor agregado da ALC. Quando se inclui a agroindústria, esse peso chega a cerca de 10% do total, acima

> **É imprescindível incluir nesse potencial setores como o florestal, o pesqueiro, o de aquícola e o turístico. Seguir esse caminho traria benefícios macroeconômicos, geração de empregos e inclusão.**

POPULAÇÃO TOTAL E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, DÉCADAS DE 1950 A 2040



NOTA:
Os valores das projeções correspondem ao ponto médio de cada década.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA UNDESA (2019).

do que representa nos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por sua vez, entre os desafios, o que mais se destaca é o do desenvolvimento social. Romper com esse tipo de círculo vicioso que condena determinadas regiões ao atraso não é tarefa fácil. As razões são diversas. A mais complexa é a disparidade de pobreza que existe entre as áreas urbanas e rurais: 17% contra 34% em 2023. Nas primeiras, a renda é maior e os índices de necessidades básicas não atendidas confirmam que a cobertura de saúde e educação de qualidade é mais elevada.

Esse panorama não ignora que a situação melhorou. Em 2003, a incidência da pobreza na zona rural chegava a 66%, em média regional. Mas, mesmo assim, persistem grandes disparidades relacionadas à idade, gênero, escolaridade e etnia. Por exemplo, para indígenas e afrodescendentes, a situação é pior.

Parte do problema reside na relativa escassez de empregos formais, o que leva à precariedade do trabalho. Talvez o aspecto mais positivo seja



Além das condições naturais favoráveis, na ALC há gargalos que precisam ser resolvidos.

que, dentro de um contexto geral de estagnação da produtividade, no caso das atividades rurais tenha ocorrido um avanço significativo, embora continue abaixo dos índices registrados em outras regiões.

A distribuição das unidades produtivas agrícolas também influencia o diagnóstico. Assim, na ALC predominam as propriedades de pequeno porte, com menos de dois hectares (no Cone Sul, são mais comuns aquelas com mais de 100 hectares).

Essa dispersão está associada a questões como a distribuição de terras ou o tipo de cultivo. Normalmente, a produção de oleaginosas exige mais área, seguida pela de grãos ou frutíferas. Na pecuária, surgem grandes disparidades quanto ao uso eficiente da área e aos conhecimentos técnicos. De qualquer modo, quanto maior a extensão, é comum haver mais maquinário.

É evidente que, na região, coexistem unidades mais voltadas à subsistência com outras que incorporam técnicas modernas. Assim como ocorre em outras frentes, a heterogeneidade está presente, razão pela qual não é simples formular soluções ou políticas de caráter geral.

Além de condições naturais particularmente favoráveis, surgem gargalos significativos. A infraestrutura inadequada ou a precariedade dos serviços de assistência técnica impedem uma conexão adequada com os centros de consumo e a obtenção de melhores rendimentos. Para aqueles que desejam alcançar mercados externos, as medidas fitossanitárias e sanitárias representam um obstáculo importante.

5 %

A demanda mundial por alimentos aumentará neste período de cinco anos, segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

Ser capaz de

Ao lado de circunstâncias desafiadoras — que incluem a falta de títulos de propriedade adequados ou a migração dos jovens para os centros urbanos — está a convicção de que é possível criar círculos virtuosos que resultem em prosperidade compartilhada. O texto do CAF destaca a integração do setor agropecuário com outras atividades.

Dito de outra forma, há muito mais do que apenas a produção de alimentos para consumo final. Isso significa que há grandes possibilidades de fortalecer encadeamentos para trás e para a frente.

Para citar um caso específico, o cultivo da terra exige adubos ou fertilizantes, que são produzidos pela indústria. Quando chega a época da colheita, o que foi colhido pode se tornar matéria-prima na fabricação de concentrados

ou produtos processados. O exemplo mostra que há efeitos colaterais positivos que se estendem até o setor manufa tureiro ou de serviços e sustentam o crescimento econômico.

Essa avaliação não ignora o fato de que os países da América Latina e do Caribe já são atores de peso no comércio mundial de alimentos. Essa participação de 21% nas exportações agrícolas globais gera divisas e atrai fluxos significativos de investimento.

Embora as proporções variem de um país para outro, há um número considerável de países (como o Brasil ou a Argentina) em que esse peso representa mais de 40 por cento das vendas externas.

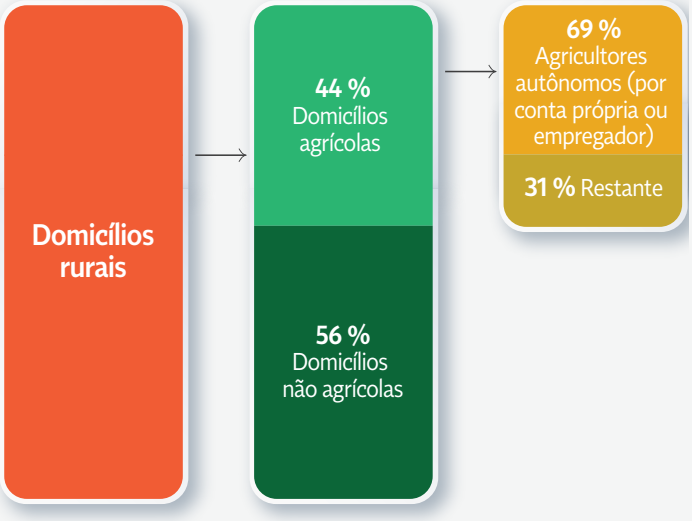
Uma vez constatado isso, os desafios para a consolidação são múltiplos. No âmbito da logística e do transporte, surgem dificuldades que se traduzem em custos elevados. Não menos significativo é o risco do protecionismo. O conceito de soberania alimentar vem ganhando relevância após a pandemia — que trouxe consigo gargalos no abastecimento — e o aumento das tensões geopolíticas. Internamente, nas sociedades que são importadoras líquidas, os agricultores fazem ouvir suas demandas e exigem garantias de compra para a sua produção, o que, por vezes, resulta em barreiras de diversas naturezas.

A questão da distribuição e do uso racional da água na produção de alimentos é crucial, dadas as implicações das mudanças climáticas e a ocorrência de eventos mais extremos.

Recentemente, ganharam destaque as considerações sobre a origem de determinados produtos cujo cultivo pode estar associado a fenômenos de desmatamento ou a impactos ecológicos negativos, como ocorre com o Regulamento EUDR no Velho Continente. A rastreabilidade é crucial para certos grupos de consumidores que desejam saber a origem dos vegetais ou da carne que compram no supermercado. Embora o princípio seja louvável, ele também pode se transformar em uma forma de barreira.

Além disso, o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira adotado pela União Europeia — que busca desestimular a produção de bens destinados ao bloco comunitário em locais com regulamentações mais brandas — poderia, eventualmente, levar a um aumento nos custos de insumos fundamentais, como fertilizantes ou eletricidade. Isso se soma a dezenas de medidas restritivas que parecem ser mais a regra do que a exceção no mundo atual.

CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS RURAIS SEGUNDO O VÍNCULO LABORAL COM O SETOR AGROPECUÁRIO
Média da América Latina e do Caribe, 2023



NOTA: Os domicílios agrícolas são definidos como aqueles domicílios rurais em que o chefe da família ou seu cônjuge exerce sua ocupação principal no setor agropecuário. Dentre esses, consideram-se domicílios agrícolas independentes aqueles cujo chefe da família ou cônjuge é autônomo ou empregador.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO CEDLAS (2025).

Várias tarefas

Com destaque para esse alerta, diversas estimativas apontam para um aumento considerável na demanda mundial por alimentos. De acordo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, essa demanda aumentaria 56% durante o atual quinquênio.

Nesse cenário, a ALC poderia suprir parte do aumento, inclusive avançando a um ritmo superior ao registrado recentemente. Para colocar em perspectiva: enquanto a produção agropecuária global quadruplicou desde o início da década de 1960 até hoje, na região o salto foi de mais de cinco vezes.

Devido a essa circunstância, a participação das safras regionais no consumo mundial passou de 9,4% para 12,3% entre 1961 e 2022, de acordo com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Vale ressaltar que a melhoria não foi homogênea: no Brasil, o múltiplo foi de oito; nos países andinos, ficou





próximo a seis; no Cone Sul, inferior a quatro; e no Caribe, ficou abaixo de dois.

Fatores associados à mudança tecnológica —como a adoção de culturas com sementes geneticamente modificadas ou sistemas de plantio direto— contribuíram para ganhos significativos na produtividade total dos fatores. Outro elemento fundamental é a disponibilidade de terra por trabalhador, o que favorece os países mais extensos ou com uma fronteira agrícola ampla em relação ao tamanho de sua população, como é o caso do Uruguai.

Outros gargalos são identificados na análise. Por exemplo, o acesso a máquinas agrícolas é mais comum nas grandes propriedades do que nas pequenas, enquanto a disponibilidade de sistemas de irrigação é desigual. A questão da distribuição e do uso racional da água é crucial, dadas as implicações das mudanças climáticas e a ocorrência de eventos mais extremos.

Justamente o desafio do aquecimento global trará riscos e oportunidades para a América Latina e o Caribe. Entre os riscos está o impacto do aumento das temperaturas sobre a produtividade de certas regiões, o que obrigaria a uma realocação espacial de determinadas culturas. Ao mesmo tempo, as regiões onde as chuvas forem mais intensas poderiam se beneficiar.

O apelo é, portanto, para melhorar os sistemas de monitoramento e a capacidade de resposta, o que passa pelo desenvolvimento de sementes mais resistentes.

Ao mesmo tempo em que soam os alarmes, surgem outras tarefas indispensáveis para impulsionar a produção agrícola. A lista começa com a propriedade da terra e o cadastro, sobretudo naqueles países em que a regularização fundiária está atrasada. Superar esse obstáculo estimularia o investimento e o acesso ao crédito, que precedem a modernização dos métodos de cultivo, como confirmam várias experiências bem-sucedidas, do México ao Peru.

Não menos importante é a modernização do cadastro, com o objetivo de preencher lacunas nas informações sobre quem ocupa quais áreas e com que finalidade. O uso de ferramentas tecnológicas mais sofisticadas pode ser complementado por pesquisas em campo, o que requer a colaboração tanto das autoridades nacionais quanto das municipais.

Identificar o patrimônio imobiliário serve também para fins fiscais ou de planejamento e desenvolvimento. Por exemplo, mitigar o risco diante do aumento previsto de eventos climáticos extremos torna-se mais viável com as ferramentas e o conhecimento adequados.

No âmbito financeiro, há, da mesma forma, muito caminho a percorrer. Além de canalizar recursos, é preciso avançar no acesso a produtos bancários, sem ignorar que a tecnologia móvel serve para superar o isolamento de comunidades inteiras. No setor de seguros, pode-se fazer muito mais, seguindo as experiências bem-sucedidas de outras regiões. A lista

“O desenvolvimento de biocombustíveis também está em pauta. Nessa área, a região tem sido pioneira — como demonstram os casos do etanol e do biodiesel —, mas pode ir muito além.

de pendências continua com os esforços para desenvolver a infraestrutura, que abrange desde vias de comunicação adequadas até centros de armazenamento ou a adoção de tecnologias de precisão no manejo da irrigação, cientes de que a água será um recurso ainda mais precioso.

Surge também a questão sobre a revolução tecnológica e sua aplicação nas atividades do campo, não apenas para prever o clima, mas para utilizar ferramentas de Inteligência Artificial visando a uma produção mais eficiente. A digitalização adequada exige a geração de dados de qualidade e a capacitação de pessoas nas habilidades indispensáveis para compreender como o que existe no ciberespaço pode se traduzir em maior produtividade e sustentabilidade das áreas de cultivo.

Visão ampla

Apesar de ir muito além do abastecimento de alimentos, um setor agropecuário fortalecido ajudará os países da América Latina e do Caribe a trilhar com sucesso o caminho da transição energética. A disseminação das fontes renováveis, como a energia solar ou eólica, também será útil para melhorar a cobertura em áreas remotas. Isso ajudaria a consolidar uma matriz de geração já majoritariamente limpa, graças à energia hidrelétrica.

Obviamente, o desenvolvimento dos biocombustíveis também está em pauta. Nessa área, a região tem sido pioneira, como mostra o caso do etanol ou do biodiesel, mas pode ir muito além.

Para ampliar o escopo, é preciso incluir na equação os setores florestal (madeireiro e não madeireiro), pesqueiro, aquícola e turístico, que são fundamentais para a diversificação da renda rural e para a geração de empregos. Basta lembrar que, apenas no que diz respeito às florestas, a ALC abriga mais de um quinto da superfície global.

Há muito a ser feito aqui, sobretudo devido ao desmatamento indiscriminado ou à extração ilegal de madeira. Além de estratégias de conservação nos casos em que for pertinente, vale a pena aproveitar o espaço para a silvicultura por meio de plantações bem administradas.

Algo semelhante, dentro das devidas proporções, se aplica à atividade pesqueira. Permitir a recuperação dos recursos superexplorados pode muito bem ser complementada com a consolidação da aquicultura.

Uma possibilidade adicional de desenvolvimento sustentável é promover a ligação entre o meio rural e o turismo. À medida que cada vez mais viajantes buscam se conectar com a cultura e a natureza, o patrimônio inigualável dos países da América Latina e do Caribe pode servir de exemplo de prosperidade e gestão responsável da flora, da fauna e da paisagem.

Tudo o que foi mencionado nestas páginas tem como objetivo fazer com que a diferença de nível de pobreza entre as áreas urbanas e as regiões remotas comece a diminuir mais rapidamente. Conter a migração e reter os jovens só será possível na medida em que o campo ofereça um futuro melhor e deixe de ser, para muitos, sinônimo de atraso e marginalização.

Contar com condições excepcionais não é suficiente se os países da região deixarem de cumprir suas responsabilidades. Isso começa com o estabelecimento da meta do desenvolvimento rural integral, o que não precisa ser uma utopia em um planeta que exigirá mais do que a região pode oferecer.

Mas nada acontecerá por geração espontânea. Como qualquer agricultor sabe, não basta ter a terra; é preciso prepará-la. Só assim as sementes plantadas poderão germinar, enquanto a irrigação adequada e os cuidados farão com que as plantas cresçam, e seu fruto constante poderá muito bem ser o bem-estar da ALC.



Uma possibilidade adicional de progresso sustentável é promover o vínculo entre ruralidade e turismo.



‘Que a vida no campo seja tão atraente quanto nas cidades’

Juan Lucas Restrepo, diretor geral da Aliança Bioversity e do CIAT, apresenta uma análise dos principais desafios enfrentados pela agricultura na América Latina e no Caribe, ao mesmo tempo em que propõe opções para que a região supere esses desafios e aproveite ao máximo seu potencial.

Por: Ricardo Ávila - Diretor da Visiones del Desarrollo
@AgendaCAF

A agricultura enfrenta um dos maiores desafios de sua história: produzir mais alimentos para um planeta mais populoso e, ao mesmo tempo, se adaptar a um clima cada vez mais extremo. Juan Lucas Restrepo, diretor geral da Aliança entre a Bioversity International e o CIAT, afirma que essa transformação não se resume mais apenas ao aumento da produtividade, mas também deve levar em conta a maneira como cultivamos, conservamos a biodiversidade e construímos sistemas alimentares mais diversificados e sustentáveis.

Com uma visão que combina pesquisa científica, desenvolvimento rural e políticas públicas, Restrepo analisa os riscos e as oportunidades que a América Latina e o Caribe (ALC) enfrentam. Ele aprofunda o papel da tecnologia na agricultura, a necessidade de atrair os jovens para o campo, como diminuir a distância entre o mundo rural e o urbano e as decisões que a região deve tomar para produzir mais alimentos com menor impacto ambiental.

As projeções indicam que a demanda por alimentos continuará aumentando no mundo. Que desafios esse cenário apresenta, começando pelo de garantir a oferta?

A realidade é preocupante: 645 milhões de pessoas passaram fome no ano passado. Vivemos em uma era de choques cada vez mais frequentes — de desastres naturais a conflitos — que agravam a insegurança alimentar e ameaçam o nosso abastecimento de alimentos. Mas também temos a capacidade de oferecer alimentos suficientes, acessíveis e nutritivos para todos, se transformarmos os nossos sistemas alimentares de maneira profunda. Uma das formas mais importantes de alcançar isso é diversificar o que plantamos e o que comemos.

Atualmente, o mundo depende de apenas quatro culturas comerciais: trigo, arroz, milho e soja, que dominam o comércio e representam 42% das calorias que consumimos em nível global. As cadeias de suprimentos, cada vez mais padronizadas, tornaram o sistema mais frágil: uma doença, uma seca ou uma



“Os governos, hoje mais do que nunca, precisam entender a segurança alimentar a partir de um equilíbrio entre o que podem produzir de maneira eficiente e o que precisam importar.”



“A América Latina e o Caribe são exportadores líquidos de alimentos e continuarão a se consolidar como potência agrícola global. Essa é uma oportunidade real, desde que consigamos equilibrá-la com a proteção dos recursos naturais.”

perturbação geopolítica podem ter efeitos que se propagam globalmente, enquanto sistemas regionais mais diversos e cadeias de valor mais curtas teriam maior capacidade de absorver esses impactos.

Precisamos de um sistema produtivo baseado em solos saudáveis, com maior resistência à seca, menor necessidade de insumos e rendimentos estáveis. Para alcançar isso, é preciso começar por diversificar a cesta básica e reduzir nossa dependência das culturas predominantes.

Por exemplo, na Aliança entre a Bioversity International e o CIAT, protegemos algumas das maiores coleções do mundo, com mais de 67.000 amostras no total, de feijão, mandioca e forragens tropicais, e trabalhamos com um número relevante de culturas subutilizadas. Essas culturas fazem parte da diversidade de que precisamos para construir sistemas alimentares mais resilientes e refletem uma parte fundamental da missão da Aliança: conservar a diversidade genética e colocá-la a serviço de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

Que resposta a ciência pode oferecer a desafios como as mudanças climáticas?

Cerca de 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos vulneráveis às mudanças climáticas. Muitas delas são pequenos agricultores, responsáveis por um terço da nossa produção de alimentos. Um aumento de dois graus na temperatura global colocaria mais 189 milhões de pessoas em risco de passar fome.

A ciência tem duas grandes vertentes de resposta às mudanças climáticas. Por um lado, organizações como a Aliança fornecem dados, projeções e previsões aos produtores de forma mais precisa e oportuna para apoiar suas decisões, bem como as dos governos locais e dos atores das cadeias de valor. Por exemplo, reunimos agricultores, governos locais e cientistas em torno de uma mesma mesa para transformar os dados climáticos em decisões sobre plantio e colheita.

O resultado é que 500 mil pessoas na América Latina decidem quando e o que plantar com base em evidências e não em suposições. Também contamos com ferramentas como o AClimate uma plataforma digital que gera pre-

> **Temos o conhecimento, as competências e as ferramentas que podem nos ajudar a alimentar a humanidade da maneira adequada, à medida que começamos a restaurar nossos recursos naturais.**

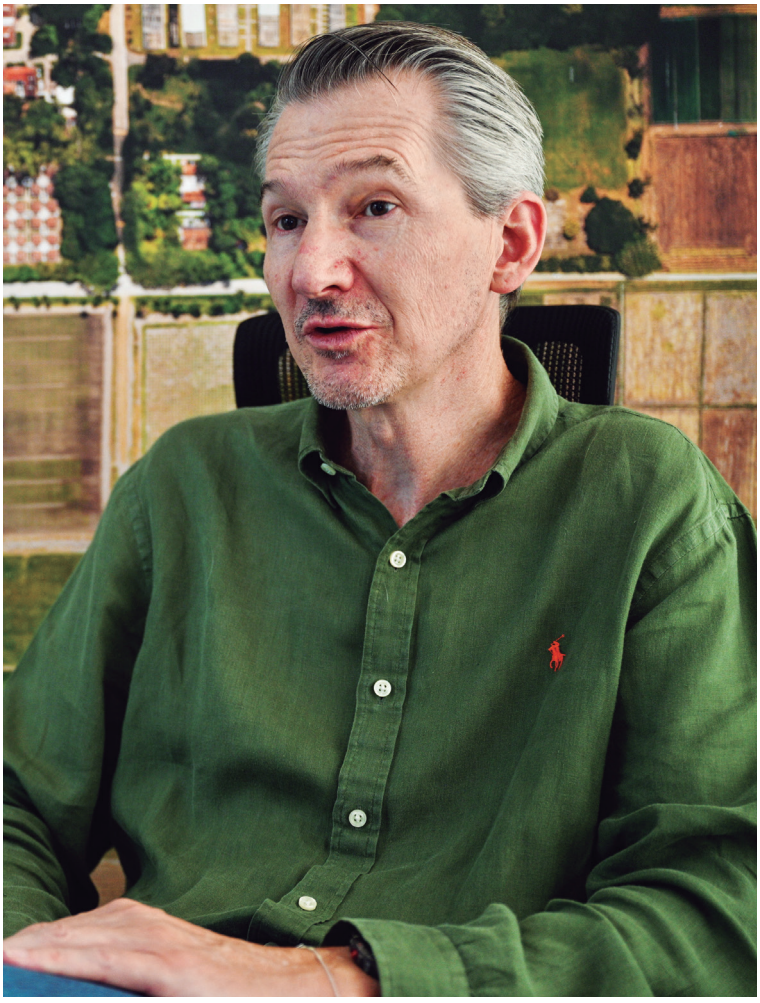
visões agroclimáticas para apoiar os agricultores em toda a ALC.

Por outro lado, o próprio desenvolvimento científico precisa incorporar as novas condições climáticas. Estamos pesquisando pastagens com raízes mais profundas e culturas mais tolerantes a altas temperaturas, bem como materiais capazes de lidar tanto com a escassez quanto com o excesso de água, ambas as facetas das mudanças climáticas. As pastagens provenientes do nosso programa de forragens poderiam reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 25 e 59 milhões de toneladas de CO_2 equivalente somente nas Américas. O passo final e mais crítico é garantir que essa ciência chegue a mais agricultores, especialmente mulheres e comunidades vulneráveis, e se traduza em decisões concretas no campo.

Como se explica que a fome e a desnutrição continuem presentes quando, no papel, há excedentes para atender às populações mais vulneráveis?

A fome e a desnutrição nem sempre andam de mãos dadas. Ainda há centenas de milhões de pessoas que passam fome no mundo, concentradas em regiões geográficas específicas: países com baixos níveis de desenvolvimento e países em conflito, onde as mudanças climáticas e os conflitos se combinam e perpetuam focos de fome.

A desnutrição, por sua vez, pode ocorrer mesmo quando há calorias suficientes disponíveis. Na América Latina e no Caribe, a obesidade entre adultos atingiu 29,9%, quase o dobro da taxa global, e aumentou 7,5 pontos percentuais na última década. Isso ocorre devido a diversos fatores, como, por exemplo, o fato de o consumo médio de vegetais permanecer abaixo da metade do nível recomendado.



Restrepo afirma que a disparidade entre as áreas urbanas e rurais não é superada apenas por meio da agricultura.

Esses problemas não dependem apenas da oferta de alimentos, mas também de fatores como cultura, educação e pobreza. Nossa agenda aborda ambas as frentes: melhorar a oferta de alimentos por meio da tecnologia e, ao mesmo tempo, compreender os contextos dos consumidores e as cadeias de valor para contribuir para a redução da fome e a melhoria da nutrição.

Em meio à complexa realidade geopolítica, a segurança alimentar de cada país tornou-se uma questão crucial. Qual é a sua visão a respeito?

Os governos, hoje mais do que nunca, precisam entender a segurança alimentar a partir de um equilíbrio entre o que podem produzir de forma eficiente ao longo do tempo e o que precisam importar. Isso exige um investimento real em desenvolvimento tecnológico para



É preciso aproveitar melhor as plataformas digitais que geram previsões agroclimáticas.

fortalecer a produção nacional, reconhecendo, ao mesmo tempo, que nenhum país pode produzir sozinho tudo o que consome.

Existe uma pressão para produzir mais e alcançar maior soberania alimentar, mas isso deve sempre ser equilibrado com o comércio exterior. Soberania significa otimizar uma produção eficiente e diversificada dentro de um país e, paralelamente, utilizar o comércio para complementar essa produção com os alimentos que não são produzidos internamente. Ignorar esse equilíbrio e forçar certos modos de produção local com tecnologias inadequadas tem um custo: na América Latina, 75% dos solos apresentam algum grau de degradação, o que custa à região cerca de 60 bilhões de dólares por ano. É o preço de produzir sem levar em conta o que a terra pode sustentar.

O processo de migração do campo para as cidades continua em andamento. Quais são os desafios que isso traz para a agricultura?

Há um duplo desafio. Por um lado, os sistemas alimentares precisam ser mais eficientes para atender aos centros urbanos que crescem rapidamente, o que representa um desafio importante para a produção, a logística e as cadeias de abastecimento. Por outro lado, o campo está ficando cada vez mais nas mãos de agricultores mais velhos: a proporção de jovens que trabalham nos sistemas agroalimentares caiu de 54% em 2005 para 44% em 2021. Precisamos de incentivos reais para que os jovens ingressem no setor agroalimentar e na produção agrícola.

A revolução digital e tecnológica pode gerar formas de produção que, com o tempo, exijam menos pessoas no setor rural, com melhor remuneração pelo trabalho. Mas também precisamos tornar a vida no campo atraente para aqueles que poderiam optar pela agricultura como projeto de vida, tão atraente quanto as oportunidades oferecidas pelas cidades. Esse é o desafio.

Nos países pobres e de renda média, a disparidade de renda entre as áreas rurais e urbanas é grande. Como fechá-la?

A diferença é significativa: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os trabalhadores rurais ganham, em média, 24% a menos por hora do que os trabalhadores urbanos, e a diferença é ainda maior nos países em desenvolvimento. Fortalecer as cadeias de valor pode gerar oportunidades econômicas em pequenas comunidades, não apenas na produção agrícola, mas também nos serviços prestados à agricultura, no comércio varejista rural e em outras atividades que se desenvolvem em torno delas. Isso pode ser um motor de desenvolvimento econômico que ajude a diminuir essas disparidades.

Esse tipo de desenvolvimento atrai serviços e gera empregos e atividade econômica também em setores não agrícolas. Por isso, a disparidade entre as áreas urbanas e rurais não é superada apenas por meio da agricultura, mas a partir das oportunidades que a agricultura abre para o restante da economia rural.

O Brasil, por exemplo, gera empregos agrícolas e rurais no Mato Grosso ao diversificar a economia local, e mais recentemente, incluiu os cultivos locais, fruto de sua biodiversidade, em programas de compra do governo, como os de alimentação escolar, direcionando as

> **Existem regiões com condições ambientais e potencial para aumentar a produção de alimentos. Aproveitar essa oportunidade exige determinação política, infraestrutura e um bom trabalho.**

necessidades públicas aos pequenos produtores como um motor de geração de renda nas comunidades locais.

Como você vê a América Latina e o Caribe no que diz respeito à produção de alimentos? Onde estão as oportunidades e onde estão os riscos?

A América Latina e o Caribe, como um todo, são exportadores líquidos de alimentos e continuará se consolidando como uma potência agrícola para os consumidores globais. Essa é uma oportunidade real para a região, desde que consigamos equilibrá-la com a proteção dos recursos naturais, a atenção à degradação dos solos e as necessidades nutricionais de nossa própria população.

Existem regiões com condições ambientais e potencial para aumentar a produção, tanto para o consumo interno quanto para a exportação. Mas aproveitar essa oportunidade exige decisão política, infraestrutura e um trabalho bem feito.

A Orinoquia colombiana e venezuelana é uma das possíveis novos pilares da segurança alimentar global.



O objetivo deve ser avançar rumo à intensificação sustentável: produzir mais em menos área e com menor uso de insumos externos. Um bom exemplo é o trabalho que realizamos por meio do Fundo Latino-Americano para Arroz de Riego (FLAR), do qual a Aliança Bioversity International e o CIAT são parceiros e que reúne 17 países —, o qual, em 35 anos, permitiu que a América Latina tenha alcançado a autossuficiência e excedentes exportáveis em uma área de cultivo menor.

Em 1995, os países parceiros utilizavam 6,6 milhões de hectares para produzir 20,4 milhões de toneladas de arroz. Em 2024, utilizaram 4,4 milhões de hectares e produziram 26,2 milhões de toneladas. Nesse mesmo período, o rendimento passou de 3 para 6 toneladas por hectare nos países parceiros do FLAR.

Esse é o caminho: produzir mais, utilizando melhor os recursos naturais, sem ampliar desnecessariamente a fronteira agrícola.

Você é otimista ou pessimista quanto à possibilidade de, em um futuro não muito distante, o mundo poder contar com uma agricultura sustentável que garanta a nutrição adequada em todos os continentes?

Não há outra alternativa a não ser sermos otimistas, mesmo que às vezes nos considerem ingênuos. Temos o conhecimento, as capacidades e as ferramentas, como a Inteligência Artificial, que podem nos ajudar a alimentar a humanidade como deve ser, enquanto começamos a restaurar nossos recursos naturais. Um cenário que não está fora do nosso alcance.

Temos os elementos necessários para alcançar esse objetivo; o desafio está em conseguir o alinhamento político e econômico que permita ampliar essas capacidades à escala necessária. E se há uma alavanca que precisamos acionar com maior rapidez é o financiamento para a adaptação climática: o déficit situa-se entre 194 bilhões e 366 bilhões de dólares por ano, enquanto os pequenos agricultores, que produzem um terço dos alimentos do mundo, recebem menos de 1% desse financiamento. Preencher essa lacuna permitiria transformar grande parte do que discutimos hoje em um futuro resiliente e real.

O futuro do trabalho ganha um tom verde

Os empregos verdes são a força motriz da transição para o desenvolvimento sustentável. Como promover sua formação na América Latina e no Caribe?

@AgendaCAF



No último dia 2 de setembro, durante a apresentação do relatório "Limitar o excesso: como lidar com o ultrapassamento dos 1,5 °C e caminhos para o retorno", elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o secretário-geral da ONU, António Guterres, admitiu que limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus centígrados — meta do Acordo de Paris — já é quase impossível: "O mundo não está cumprindo essa promessa. Estamos prestes a ultrapassar o limite de 1,5 graus nos próximos anos.

O documento, no entanto, oferece uma última saída para evitar a devastação climática: acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e a transição definitiva para as energias limpas, bem como o desenvolvimento de modelos de produção sustentáveis, de modo que a ultrapassagem do limite seja apenas momentânea.

Essa transformação, que afeta praticamente todos os setores econômicos, exige que a força de tra-

SETORES ESTRATÉGICOS COM ALTO POTENCIAL PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGOS VERDES



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

balho se adapte ao novo contexto. É nesse contexto que ganha relevância a figura dos empregos verdes; ou seja, todos aqueles que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), "contribuem para preservar e restaurar o meio ambiente, seja em setores tradicionais, como a indústria ou a construção civil, seja em setores emergentes, como as energias renováveis e a eficiência energética".

Devido à biodiversidade e à riqueza de recursos naturais, a América Latina encontra-se em uma situação privilegiada para aproveitar as oportunidades dos empregos verdes. Embora a região já tenha dado sinais de transformação, esses sinais são bastante discretos. Um estudo sobre a demanda por empregos verdes realizado pelo CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — concluiu que as vagas com alto potencial verde na região situam-se entre 10% e 16%, enquanto mais de 30% apresentam baixo potencial verde.

Assim, o desafio continua sendo enorme. Por um lado, exige a formação em conhecimentos e habilidades necessários aos setores emergentes (como o de energias limpas); por outro, a capacitação em práticas de sustentabilidade e economia circular da força de trabalho dos setores tradicionais (como o têxtil e o da construção civil).

Em seu Guía de formación para empleos verdes en América Latina y el Caribe, o CAF propõe uma

"Devido à biodiversidade e à riqueza de recursos naturais, a América Latina e o Caribe encontram-se em uma situação privilegiada para aproveitar as oportunidades dos empregos verdes."

A DINAMIZAÇÃO DO EMPREGO

Uma análise da CAF de 2023, sobre a demanda por empregos verdes com base em informações sobre vagas na América Latina e do Caribe no contexto da transição energética, concluiu que, devido à baixa mobilidade da mão de obra e ao tempo necessário para abordar e reduzir as lacunas de qualificação nos setores emergentes, no curto prazo a criação de novos empregos verdes pode gerar desemprego estrutural.

No médio prazo – estima o relatório –, o impacto das políticas se estenderá a toda a economia, o que significa que, à medida que os comportamentos mudam e as cadeias de valor se ajustam, surgirão novos empregos, assim como outros serão eliminados.Daí a necessidade de promover uma transição justa que garanta a criação de empregos decentes, bem como a implementação de políticas de proteção social, para atenuar os efeitos nos casos em que a transformação seja profunda. Dessa forma, seria garantida uma transição socialmente inclusiva.

Se quisermos alcançar a transição para um modelo econômico verde, é urgente criar estratégias de financiamento, por meio de recursos públicos, parcerias público-privadas e cooperação internacional.

estratégia que envolve as entidades governamentais, o setor privado e as instituições educacionais na tarefa de promover os empregos verdes como motor do desenvolvimento sustentável na região, de acordo com os objetivos do Acordo de Paris: promover energias limpas, eficiência energética, gestão sustentável dos recursos naturais, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação da biodiversidade, dignificação do trabalho e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Como promover e aumentar os empregos verdes?

Como primeiro passo, o guia sugere partir de um diagnóstico de oportunidades, no qual estão integrados três itens:

- Identificar os setores econômicos-chave, ou seja, aqueles que têm maior impacto sobre o desenvolvimento sustentável.
- Avaliar as tendências atuais e futuras do mercado de trabalho, com o objetivo de identificar as demandas verdes e as habilidades e conhecimentos que essas necessidades exigem.
- Medir o impacto ambiental dos setores chave, para avaliar a eficácia das práticas sustentáveis atuais e explorar novas tecnologias e processos verdes que ajudem a aumentá-la.

O segundo passo é identificar os perfis profissionais com maior potencial de competências verdes. Na ausência de uma classificação regional própria, os autores do guia tomaram como referência a ferramenta ESCO, um banco de dados que classifica as competências, habilidades



e ocupações relevantes no mercado de trabalho europeu, e que oferece descrições de mais de 3.000 ocupações e cerca de 14.000 competências relacionadas a essas atividades. A equipe de pesquisadores selecionou aqueles perfis cujas ocupações e competências estavam intimamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável e constatou que um em cada dez poderia ser considerado vinculado aos empregos verdes.

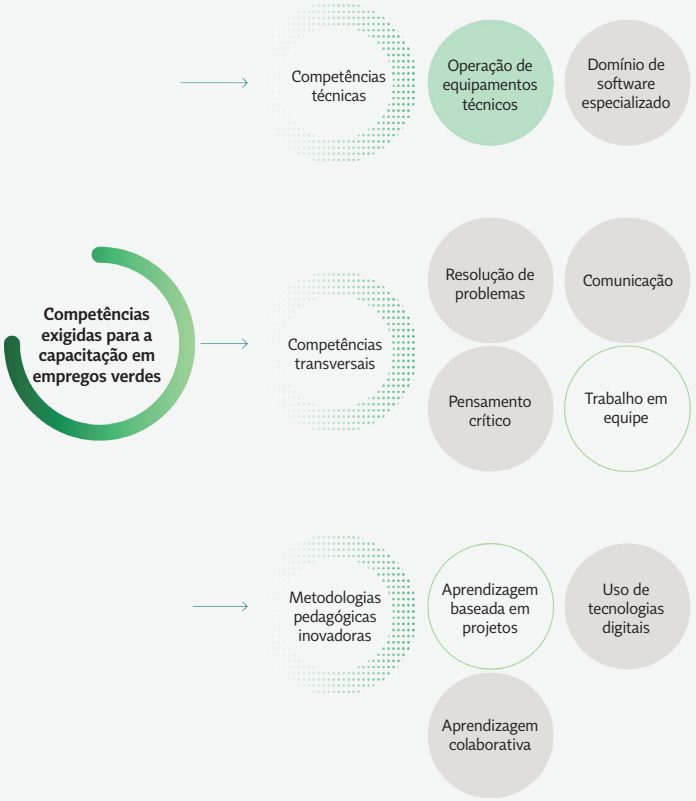
Os setores em que esses perfis são mais predominantes são dez: a agricultura (incluindo a especialização em reflorestamento e conservação de áreas protegidas), gestão e saneamento da água (incluindo a conservação de bacias hidrográficas e a gestão sustentável das águas subterrâneas), construção (incluindo a gestão sustentável da água e soluções baseadas em a natureza), eficiência energética, energias renováveis (eólica, solar e marinha), gestão de

OBSTÁCULOS E DESAFIOS DA REGIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO VERDE



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A FORMAÇÃO EM EMPREGOS VERDES



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

resíduos, serviços ambientais, indústria manufatureira, transporte e logística, e turismo.

Uma vez definido o panorama, é necessário definir os perfis profissionais específicos para cada setor, não apenas no que diz respeito às competências e capacidades técnicas, mas também às habilidades transversais a todos os perfis, como o pensamento crítico e a disposição para inovar e para o trabalho em equipe, entre outras características.

Os problemas relacionados à oferta

Um dos principais obstáculos à transformação do mercado de trabalho é o desequilíbrio que existe entre a oferta acadêmica e as necessidades da nova economia. Nesse sentido, o sucesso da transição dependerá da eficiência da coordenação entre o Estado, o setor privado e as instituições de ensino na tarefa de identificar esses perfis e integrá-los ao novo modelo da economia verde.

Por um lado, trata-se de fazer com que os cursos das universidades e dos institutos técnicos se adaptem às necessidades da demanda, de modo que possam formar gestores, consultores e operários capacitados para as exigências de cada setor-chave, seja ele emergente ou tradicional. Por outro lado, criar programas de atualização de conhecimentos e habilidades sustentáveis para a força de trabalho que já atua em cada setor, levando em conta a intenção de derrubar as barreiras que limitam o acesso de grupos vulneráveis — como a falta de educação especializada e a discriminação por raça, gênero ou deficiência.

De acordo com as pesquisas do CAF, o emprego relacionado à transição verde continua sendo muito reduzido, especialmente aquele referente aos setores emergentes. Diante dessa realidade, surge a necessidade de que os governos contem com legislações específicas e programas integrais para a promoção de empregos verdes. As instituições acadêmicas poderiam contribuir, em parceria com o setor público, com a criação de programas de bolsas de estudo e outros incentivos para atrair os estudantes para os cursos e profissões especializadas mais procuradas. O setor privado, por sua vez, poderia desenvolver suas próprias estratégias para atrair pessoal especializado e capacitar a força de trabalho com a qual já dispõe.

O último desafio é o financiamento sustentável. Para alcançar a transição definitiva rumo a um modelo econômico verde, é urgente desenvolver estratégias de financiamento que a viabilizem, por meio da criação de fundos públicos específicos, parcerias público-privadas e cooperação internacional — não apenas para cobrir os custos de capacitação, mas também de atualização tecnológica, sobretudo nas pequenas e médias empresas, que geralmente dispõem de menos recursos para implementar essa mudança.

De qualquer forma, a iniciativa não pode ser isolada. Nesse sentido, também é necessária uma campanha de conscientização sistemática, com o objetivo de criar um ambiente favorável à mudança em todos os segmentos da sociedade.

Agronegócios: a nova fronteira do investimento, da inovação e do crescimento na América Latina e no Caribe



Antonio Silveira,
Vice-Presidente do Setor Privado do CAF

A combinação de capacidade de exportação agrícola, emprego, investimento, infraestrutura e inovação demonstra a amplitude das oportunidades que o agronegócio oferece à região.

O agronegócio está deixando de ser um setor associado exclusivamente à produção primária para se tornar um espaço de inovação, investimento e geração de novas cadeias de valor na América Latina e no Caribe (ALC).

A crescente tecnificação, digitalização e sofisticação da atividade agropecuária está abrindo oportunidades que vão desde a expansão das exportações agrícolas e da infraestrutura produtiva até o desenvolvimento de soluções AgTech e de modelos mais sustentáveis e inclusivos.

Para acompanhar essa transformação, o CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — conta com um conjunto de instrumentos financeiros que permitem mobilizar recursos para o setor, entre os quais créditos corporativos, investimentos de capital, linhas de crédito e operações com parceiros financeiros, além de financiamento para pequenas e médias empresas.

Somente em 2025, a ALC exportou 52 bilhões de dólares em soja, 27 bilhões em café e 22 bilhões em carne bovina congelada. A esses produtos tradicionais somam-se outros que evidenciam a diversificação do setor — algo que talvez fosse impensável há 15 anos —, como os mirtilos, originários das florestas frias do Canadá e dos Estados Unidos, que foram adaptados para serem produzidos com irrigação tecnificada nos desertos do Chile e do Peru. Atualmente, esses países lideram o comércio global, assim como acontece com a uva de mesa.

Além disso, o Chile lidera na exportação de cerejas; o Equador, na de banana e cacau fino aromático; o México mantém sua liderança na exportação de abacate — embora o Peru já seja o segundo maior exportador mundial —; o Brasil é o primeiro na exportação de açaí; a Colômbia, na de uchuva; e a Costa Rica, na de abacaxi, entre outros países da ALC que se destacam em diferentes cadeias agroexportadoras por volume e/ou qualidade diferenciada.

O impacto também se estende ao mercado de trabalho, que gera — em média, 12,72% dos empregos na ALC —, sendo que seu peso é consideravelmente maior em alguns territórios: na Bolívia, representa 24,71%; no Equador, 32,48%; na Guatemala, 29%; e em Honduras, 22,42%, segundo dados de 2025 do Banco Mundial.

Da mesma forma, esse dinamismo se reflete na capacidade do setor para atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED). No Brasil, foram mobilizados 77,7 bilhões de dólares durante 2025 por meio de anúncios de projetos privados em cadeias globais de valor (soja, carnes e silvicultura), alcançando uma média de 10% a 14% do IED que o país atrai, de acordo com o BCB e a CEPAL.

No caso do México, o IDE é direcionado para a fabricação de alimentos processados, bebidas e a modernização da horticultura e fruticultura de alto valor, totalizando 43.200 milhões de dólares em 2025, de acordo com a DataMéxico e a CEPAL. Na Argentina, a agroindústria de oleaginosas, bem como a inovação em biotecnologia e AgTech, atraíram IED e créditos comerciais internacionais no valor de cerca de 1.200 milhões de dólares anuais entre 2023 e 2025, segundo dados do INDEC e da FAO-IICA.

No Chile, a modernização, a viticultura e a aquicultura em grande escala recebe-

ram entre 1.000 e 1.500 milhões de dólares em investimentos privados entre 2024 e 2025, segundo dados da InvestChile; e no Peru, os sistemas de irrigação costeiros consolidaram anualmente entre 600 e 900 milhões de dólares desse tipo de investimento no período de 2023- 2024, de acordo com cálculos do BCRP e do BID.

Em consonância com a Estratégia de Prosperidade Agropecuária do CAF, a vice-presidência do Setor Privado contribui para impulsionar esse setor por meio de investimentos patrimoniais, operações com parceiros financeiros e créditos corporativos, promovendo a inclusão financeira rural e o emprego produtivo.

No Brasil, por exemplo, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) recebeu financiamento do CAF para o programa PRONAMPE BRDE SC, que mobilizou 60 milhões de dólares destinados à cadeia produtiva do leite bovino em Santa Catarina e beneficia mais de 3.000 famílias produtoras.

Na Colômbia, o CAF e o BBVA anunciaram a primeira linha de financiamento para agroexportações sustentáveis no valor de 50 milhões de dólares, da qual, até julho de 2025, já haviam sido desembolsados mais de 40 milhões, valor que corresponde a 35 empresas agroindustriais ligadas ao abacate, ao café, às flores, às frutas tropicais e aos insumos agrícolas, entre outros.

Mas e quanto às PMEs? Em 2025, o CAF financiou uma operação de crédito no valor de 20 milhões de dólares à Latin American Agribusiness Development Corporation para financiar pequenas e médias empresas lideradas ou de propriedade de mulheres no setor, bem como projetos agroindustriais, agropecuários, florestais ou de aquícola/pesca com enfoque sustentável em diferentes países da ALC.

Ampliar o acesso ao financiamento e mobilizar capital privado para cadeias produtivas mais eficientes, sustentáveis e inclusivas é fundamental para aproveitar esse potencial e fortalecer o desenvolvimento econômico.



Em 2026, o CAF e o Banco Nacional do Panamá formalizaram um empréstimo A/B no valor de 500 milhões de dólares para impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo do setor produtivo panamenho, beneficiando mais de 3.300 pequenas e médias empresas, com ênfase naquelas lideradas por mulheres. Pelo menos 50% dos recursos serão destinados ao financiamento de atividades agropecuárias e agroindustriais, principalmente em áreas rurais.

À expansão produtiva e de infraestrutura, há que somar uma nova oportunidade: a inovação. O CAF investiu 3,6 milhões de dólares no Fundo de Inovação Paulista (FIP) da SP Ventures do Brasil, que reuniu capital para incentivar inovações de empresas de Agtech, destacando-se entre elas a Gênica, uma empresa de biotecnologia que conseguiu substituir mais de 900 mil toneladas métricas de fertilizantes e pesticidas químicos por alternativas biológicas, impactando mais de 8 milhões de hectares no Brasil e no Paraguai.

A combinação de capacidade de exportação agrícola, emprego, investimento, infraestrutura e inovação demonstra a amplitude das oportunidades que o agronegócio oferece às economias da América Latina e do Caribe. Nesse contexto, ampliar o acesso ao financiamento e mobilizar capital privado para cadeias produtivas mais eficientes, sustentáveis e inclusivas é fundamental para aproveitar esse potencial e fortalecer o desenvolvimento econômico dos países da região.

BiodiverCidades: a natureza como infraestrutura para o desenvolvimento local



Christian Asinelli,
Vice-Presidente Corporativo de Programação Estratégica do CAF

A crise climática é sentida primeiro no local: no bairro que fica inundado, na praça sem sombra, no riacho que transborda. Por isso, as respostas também têm que nascer dali.

A América Latina e o Caribe (ALC) são uma das regiões mais urbanizadas do mundo: mais de 80 % da sua população vive em cidades. É, ao mesmo tempo, uma das regiões com maior biodiversidade do planeta, com cerca de metade da biodiversidade global. Durante décadas, essas duas realidades seguiram caminhos distintos e, muitas vezes, opostos. A expansão urbana ocorreu, em grande parte, às custas de zonas úmidas, florestas, rios e solos que hoje são, justamente, nossas primeiras linhas de defesa contra inundações, ondas de calor e secas cada vez mais frequentes.

Uma BiodiverCidade propõe mudar essa lógica. Trata-se de um modelo que incorpora a biodiversidade local e regional no planejamento e na gestão urbana como um eixo do desenvolvimento econômico e social e da qualidade de vida de seus habitantes, e não como um complemento decorativo. Um pantanal que ameniza uma enchente, uma área arborizada que reduz a temperatura de um bairro ou uma bacia hidrográfica recuperada que volta a ser um espaço público são, em definitiva, infraestrutura. Tão necessária quanto uma estrada, uma rede de água ou uma escola.

Com essa convicção, em dezembro de 2021, em Barranquilla, o CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — impulsionou a criação da Rede de BiodiverCidades da América Latina e do Caribe, em parceria com o Instituto Humboldt da Colômbia e com o acompanhamento da ONU-Habitat. A iniciativa reúne em um único espaço dois dos compromissos que assumimos perante nossos países acionistas: ser o banco verde da região e, ao mesmo tempo, o banco dos governos subnacionais.

Cinco anos depois, os resultados confirmam que esse compromisso era necessário. A Rede hoje reúne quase 250 cidades de 15 países da América Latina, além das capitais da Jamaica e de Trinidad e Tobago. Somente entre 2024 e 2026, foram adicionados 63 novos membros, um crescimento de quase 30%. Mas o dado mais revelador é outro: 86% de seus membros são cidades de pequeno e médio porte. Ou seja, municípios que geralmente ficam à margem dos grandes circuitos de financiamento e cooperação internacional e que encontram na Rede um espaço para se capacitar, trocar experiências e se projetar para o mundo.

Na Argentina, essa dinâmica é vista com nitidez. Luján sediou, em março de 2025, o primeiro Encontro do Conselho de Autoridades da Rede, e é, além disso, cenário de uma das operações mais relevantes da nossa instituição na região: o projeto de Manejo Integral da Bacia do Rio Luján, financiado com um empréstimo de 220 milhões de dólares, cujos benefícios hídricos e ambientais o tornaram uma referência para outras cidades. A esse caso somam-se adesões



recentes, como as de Zárate, Venado Tuerto e General Pico, que mostram que a agenda da biodiversidade urbana também avança nas cidades de médio porte em todo o país.

A experiência regional oferece exemplos igualmente eloquentes. Valdivia, no Chile, primeira Cidade Úmida da América Latina credenciada pela Convenção de Ramsar, será em 2027 sede do Encontro Mundial de Áreas Úmidas. Niterói, no Brasil, recuperou o Parque Orla Piratininga e preside hoje a rede Mercocidades. Cali, na Colômbia, foi anfitriã da COP16 da Biodiversidade, que acompanhamos a partir da Rede. E Manta, no Equador, implementa um modelo piloto que integra natureza e urbanismo para proteger sua biodiversidade marinha e terrestre.

A trajetória da Rede também reflete uma evolução: da conscientização e adesão das cidades à consolidação de sua governança e, a partir de 2025, à estruturação de projetos concretos. Nossa primeira convocatória regional para o programa de incubação recebeu mais de 40 propostas, das quais oito receberam acompanhamento especializado durante três meses, com assessoria técnica do Instituto Humboldt, da ONU-Habitat e do CAF; visitas ao local e orientação para obter financiamento. Paralelamente, mais de 150 funcionários técnicos participaram do nosso curso aberto sobre como construir BiodiverCidades.

O próximo passo é o programa Adaptando as BiodiverCidades, que estamos promovendo em conjunto com o Fundo de Adaptação e tendo o ICLEI como parceiro executor. Com um orçamento de 12 milhões de dólares para um período de três anos, o programa oferecerá subsídios competitivos entre 50 mil e 500 mil dólares para que os próprios governos locais elaborem e implementem suas soluções de adaptação às mudanças climáticas, com as primeiras chamadas de propostas previstas para antes do final do ano.

A crise climática é sentida primeiro no local: no bairro que fica alagado, na praça sem sombra, no riacho que transborda. Por isso, as soluções também precisam surgir a partir daí. No CAF, estamos convencidos de que o desafio das nossas cidades até 2031 consiste em crescer, construir e urbanizar sem virar as costas para a natureza que as sustenta.

“A BiodiverCidade é um modelo que incorpora a biodiversidade local e regional ao planejamento e à gestão urbana como um eixo do desenvolvimento econômico e social e da qualidade de vida.



A resposta integral do CAF às emergências sísmicas



A implementação de uma estratégia abrangente demonstrou capacidade de reação, mobilização de recursos e visão de longo prazo na Colômbia e na Venezuela.

@AgendaCAF

Os terremotos que recentemente abalaram a Venezuela e a Colômbia representaram uma prova excepcional para as instituições encarregadas de acompanhar os processos de emergência, recuperação e reconstrução na América Latina.

Além da magnitude dos danos materiais e do impacto humano de ambos os eventos, a crise evidenciou a importância de contar com organismos capazes de atuar com rapidez, coordenar atores e assegurar que a solidariedade se traduza em resultados concretos. Nesse contexto, a atuação do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — constitui um caso exemplar de intervenção integral e eficaz.

O que distingue a resposta do CAF é a construção de uma estratégia que abrange todas as etapas do ciclo de recuperação: assistência humanitária

Em um intervalo de 47 dias, terremotos atingiram com severidade a Venezuela e a Colômbia.



O CAF e a TECHO Internacional assinaram um acordo para impulsionar uma agenda conjunta na Venezuela.

imediata, reabilitação de serviços essenciais, reconstrução de infraestrutura, reativação produtiva e fortalecimento da resiliência diante de futuros desastres.

Venezuela: uma reconstrução organizada

Após os terremotos registrados na Venezuela em 24 de junho de 2026, o CAF reagiu imediatamente por meio de uma doação humanitária de 300 mil dólares e, apenas dois dias depois, anunciou a criação do Fundo para a Recuperação e Reconstrução da Venezuela, aportando também um milhão de dólares como capital semente para a sua implementação.

A importância desta decisão reside no fato de que ele não se limitou a uma ajuda pontual. O CAF concebeu um mecanismo permanente e transparente destinado a receber contribuições de governos, organismos internacionais, empresas, fundações e cidadãos, com o objetivo de canalizar os recursos para prioridades definidas em conjunto com o governo venezuelano.

O fundo promovido pelo CAF buscou estruturar a rastreabilidade dos recursos, a auditoria inde-

“As consequências de um terremoto não são apenas materiais; elas também afetam a saúde emocional, a inclusão social e as oportunidades futuras das comunidades.



O concerto beneficente, liderado por Gustavo Dudamel, reuniu mais de 17.000 pessoas.

INTERVENÇÃO COERENTE E EFICAZ

A experiência da Colômbia e da Venezuela confirma o papel do CAF como um dos atores mais relevantes para impulsionar respostas resilientes, coordenadas e sustentáveis na América Latina e no Caribe.

Na Venezuela, a criação de um fundo específico, a mobilização de alianças internacionais e o apoio direto a organizações comunitárias demonstram um compromisso com a reconstrução não apenas da infraestrutura, mas também do tecido social e das capacidades locais.

Na Colômbia, a combinação de ajuda humanitária, financiamento empresarial e grandes linhas de crédito para infraestrutura demonstra uma compreensão abrangente da recuperação econômica e territorial.



O CAF e o Banco de Occidente uniram forças para apoiar empresas afetadas na Colômbia.

pendente, relatórios financeiros periódicos e a ausência de comissões de administração fiduciária, garantindo que a totalidade dos recursos fosse destinada à recuperação e à reconstrução.

Além disso, a concepção do mecanismo evidencia uma compreensão profunda das necessidades decorrentes de uma catástrofe. A primeira fase prevê ajuda humanitária e apoio institucional; a segunda, a reabilitação de setores críticos como saúde, água, saneamento, energia, educação e conectividade; a terceira, a recuperação de meios de subsistência e o fortalecimento da resiliência territorial.

Essa visão escalonada evidencia que o CAF compreendeu, desde o início, que a recuperação não deveria ser medida exclusivamente pela reconstrução física de edificações, mas sim pela capacidade de restabelecer condições de bem-estar, produtividade e coesão social.

Parcerias como multiplicadoras de impacto

Outro elemento que confirma a natureza abrangente da atuação do CAF na Venezuela é a sua capacidade de atrair parceiros e transformar a solidariedade em recursos concretos.

Um exemplo foi a iniciativa liderada pelo maestro Gustavo Dudamel, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela Filarmônica de Los Angeles e pelo CAF. O concerto beneficente realizado no Hollywood Bowl reuniu mais de 17.000 espectadores e permitiu captar recursos destinados ao fundo de recuperação para as comunidades venezuelanas afetadas pelos terremotos.

A relevância deste evento transcende o âmbito cultural. Demonstra a capacidade do CAF de atuar como articuladora internacional, conectando organismos multilaterais, líderes globais, instituições culturais e a sociedade em torno de um objetivo humanitário comum. A experiência confirmou que a reconstrução pode se beneficiar de mecanismos inovadores de mobilização de recursos e da construção de narrativas de solidariedade capazes de mobilizar apoio para além das fronteiras nacionais.

A isso somou-se uma proposta igualmente significativa vinda de dentro da instituição. Por meio do Voluntariado CAF —e com contribuições de funcionários, esquemas de contrapartida da entidade e contribuições adicionais—, foram mobilizados mais de 272.000 dólares destinados a sete organizações sociais venezuelanas que trabalham diretamente com as comunidades afetadas. (Ver tabela Organizações beneficiadas na Venezuela).

Os recursos foram direcionados a áreas fundamentais para uma recuperação integral: saúde mental, assistência social, reabilitação física e infraestrutura educacional. Em vez de executar programas centralizados, o CAF optou por fortalecer organizações com presença territorial e experiência comprovada — uma decisão que maximiza a capacidade de resposta local e acelera a chegada de benefícios às populações afetadas.

A seleção de entidades especializadas em acompanhamento psicológico, atendimento a

Organizações beneficiadas na Venezuela

1. Dr. Yaso Internacional
2. Instituto Venezolano para el Desarrollo Integral del Niño(Invedin)
3. Las Hermanitas de los Pobres de Maiquetía
4. Hogar Clínica Madre Teresa
5. Fe y Alegría
6. Fundación Hospital Ortopédico Infantil
7. Fundación Caminando Hacia Nuestros Sueños



O CAF e o BBVA Colômbia ampliaram a linha de crédito, com recursos destinados a áreas afetadas pelo terremoto.

idosos, educação popular e reabilitação física revela, além disso, uma compreensão ampla do conceito de reconstrução. As sequelas de um terremoto não são apenas materiais; afetam também a saúde emocional, a inclusão social e as oportunidades futuras das comunidades.

"Nosso compromisso é acompanhar o povo venezuelano não apenas na emergência, mas ao longo de toda a trajetória de recuperação e reconstrução que temos pela frente", afirmou Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF.

Colômbia: ajuda imediata e recuperação econômica

Na Colômbia, onde o terremoto de 10 de agosto de 2026 afetou especialmente os departamentos de Chocó, Risaralda, Valle del Cauca e Caldas, a resposta do CAF seguiu uma lógica semelhante de intervenção escalonada.

A primeira medida consistiu em uma doação de 500 mil dólares destinada a atender às necessidades humanitárias mais urgentes, por meio dos Fundos de Desenvolvimento Social e Humano da instituição. Esse apoio permitiu reforçar as ações de emergência em momentos críticos e confirmou a capacidade do CAF de reagir com rapidez diante de um desastre natural.

> **"A reconstrução não consiste apenas em recuperar a infraestrutura. Também significa ajudar as comunidades a recuperar suas oportunidades e o seu bem-estar"**
> Sergio Díaz-Granados, Presidente Executivo do CAF.

No entanto, o elemento de maior destaque da estratégia colombiana foi a ênfase na recuperação econômica e produtiva. Consciente de que a reconstrução depende também da capacidade de gerar emprego e renda, o CAF impulsionou acordos financeiros de grande escala com instituições bancárias nacionais.

Em parceria com o Banco de Occidente, a CAF destinou até 50 milhões de dólares para apoiar a reativação empresarial nas áreas afetadas. Os recursos foram direcionados ao financiamento de capital de giro, reposição de ativos produtivos, recuperação da capacidade operacional e fortalecimento das cadeias de suprimentos.

A medida tem um impacto estratégico porque reconhece que a sobrevivência das empresas é essencial para preservar empregos, sustentar o consumo e acelerar a recuperação regional. Longe de encarar a reconstrução como um processo exclusivamente público, o CAF incluiu o setor privado como protagonista da recuperação.

Paralelamente, ampliou, em conjunto com o BBVA Colômbia, uma linha de crédito de até 200 milhões de dólares, incorporando recursos específicos para a reconstrução de infraestrutura e serviços essenciais. Desse total, 41 milhões de dólares foram destinados diretamente à reconstrução após o terremoto.

Os recursos podem financiar a recuperação de vias, pontes, hospitais, escolas, sistemas de água potável e saneamento, redes energéticas, telecomunicações, transporte público e prédios públicos, bem como ações iniciais de remoção de escombros e estabilização de estruturas.

O aspecto mais relevante é que o CAF não concebeu a reconstrução como um simples retorno à situação anterior ao desastre. A linha de financiamento mantém também o apoio a projetos de biodiversidade, agroindústria sustentável, agroexportação e integração regional, unindo a recuperação imediata a objetivos de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

"Colocamo-nos à disposição do Governo colombiano para acompanhar os esforços de reconstrução e recuperação das áreas afetadas. Quero agradecer a todas as autoridades pela sua liderança e por convocarem a todos nós para trabalhar unidos pela rápida recuperação das áreas afetadas do país", afirmou Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF.





As multilatinas tecem a nova integração regional

Esse tipo de empresa se posiciona como uma ponte capaz de conectar mercados, fornecedores e consumidores em um espaço econômico historicamente fragmentado.

@AgendaCAF

Durante décadas, a integração da América Latina e do Caribe (ALC) foi um projeto impulsionado principalmente pelos estados. Os acordos comerciais, as uniões aduaneiras e os mecanismos diplomáticos ocuparam o centro da estratégia regional. No entanto, nos últimos anos, ganhou força um fenômeno que está transformando silenciosamente o mapa econômico latino-americano: a ascensão das multilatinas, empresas nascidas na região que expandiram suas operações para além das fronteiras nacionais e que hoje se tornaram protagonistas da integração produtiva regional.

Em uma publicação recente no blog do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —, Rebeca Vidal, executiva principal da Direção de Análise Técnica e Setorial, aponta que essas empresas já não são simples beneficiárias da abertura econômica, mas sim atores que articulam cadeias de valor, impulsionam investimentos e promovem a transferência de conhecimento entre países da região.



US$ 2.475 milhões

o CAF destinou, desde 2021, a operações de financiamento com componentes de integração produtiva ou comercial na região.

A importância desse fenômeno ganha maior relevância quando se considera que a ALC continua sendo uma das regiões menos integradas do mundo do ponto de vista produtivo. Enquanto o comércio intrarregional ultrapassa 50% na Europa e na Ásia, na América Latina representa menos de 15% do comércio total. Nesse contexto, as empresas multilatinas surgem como uma ponte capaz de conectar mercados, fornecedores e consumidores em um espaço econômico historicamente fragmentado.

De fenômeno emergente a ator estratégico

Durante muito tempo, o debate sobre o investimento estrangeiro na região concentrou-se nos efeitos da chegada de multinacionais provenientes da Europa, dos Estados Unidos ou da Ásia. No entanto, o investimento estrangeiro direto de saída — isto é, aquele realizado por empresas latino-americanas em outros países — tem recebido muito menos atenção, apesar de seus importantes efeitos na produtividade, na inovação e na competitividade.

Estudos recentes identificam cerca de 160 multilatinas listadas em bolsa que constituem uma amostra representativa desse processo de internacionalização empresarial. A consolidação dessas empresas ocorreu no contexto das reformas econômicas, da abertura comercial e da globalização que marcaram a ALC nas últimas décadas.

Longe de representar uma deslocalização prejudicial aos países de origem, as evidências sugerem que a expansão internacional pode gerar benefícios significativos. As organizações ganham acesso a novos mercados, adquirem ativos estratégicos, desenvolvem capacidades organizacionais mais sofisticadas e fortalecem sua produtividade. Por sua vez, esses aprendizados podem ser posteriormente transmitidos às economias de origem por meio de inovação, geração de empregos qualificados e expansão de redes de fornecedores.

A geografia das multilatinas reflete o peso das principais economias da América Latina. O Brasil lidera a lista desse tipo de empresa, seguido por México, Chile, Argentina, Colômbia e Peru, enquanto outras nações participam com contingentes reduzidos.

Do ponto de vista setorial, a indústria de transformação concentra o maior número de multilatinas. Nela, destacam-se indústrias como a farmacêutica, siderúrgica, metalúrgica, de cimento e de autopeças. O segundo setor mais relevante é o de alimentos e bebidas, seguido por energia e mineração, serviços e comércio.

Investimento, emprego e cadeias de valor

Uma das maiores contribuições das multilatinas reside na sua capacidade de construir cadeias regionais de valor. Essas empresas atu-



> **“77% das vendas das multilatinas são geradas na América Latina e no Caribe, o que confirma que a região continua sendo o principal campo de expansão dessas empresas”, CAF.**

am como promotoras que organizam ecossistemas produtivos integrados por fornecedores, distribuidores, empresas de logística e parceiros tecnológicos em diferentes países.

Segundo dados do CAF, 77% das vendas das multilatinas são geradas na América Latina e no Caribe, o que confirma que a região continua sendo o principal campo de expansão dessas empresas.

Além disso, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estima que 62% do valor dos projetos greenfield desenvolvidos por multinacionais latino-americanas concentram-se na própria região. Esses investimentos incluem plantas industriais, centros logísticos, plataformas tecnológicas e novas instalações produtivas que fortalecem os vínculos econômicos entre nações vizinhas.

Os resultados também são visíveis em termos de emprego. Entre 2013 e 2023, as multilatinas realizaram mais de 320 projetos de investimento greenfield por ano, impulsionados por cerca de 220 empresas. Esses investimentos mobilizaram mais de 14 bilhões de dólares anuais e geraram cerca de 43 mil empregos por ano.

Além das fronteiras

O VII informe Global LATAM 2025, elaborado pelo ICEX-Invest in Spain com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), aponta que Top 10 de empresas multilatinas geram 73% de suas receitas em outros mercados e empregam 62% de sua força de trabalho no exterior.

O documento também destaca que 44 empresas multilatinas têm presença operacional nos Estados Unidos, o que “confirma o magnetismo do maior mercado consumidor do mundo”. O relatório acrescenta que meia dúzia dessas organizações transferiram centros de engenharia do Silicon Valley para Austin e Phoenix devido a custos e à proximidade com fábricas mexicanas.

As motivações que explicam a internacionalização são variadas. A busca por novos mercados continua sendo um dos principais fatores. No entanto, as empresas também buscam melhorar sua eficiência operacional, acessar conhecimentos especializados, diversificar riscos e aproveitar ambientes regulatórios mais estáveis.

Muitas empresas valorizam particularmente a existência de estruturas legais robustas,



Indústrias como a farmacêutica, a siderúrgica, a cimenteira e a de autopeças contam com diversas multilatinas.

regras previsíveis e proteção de investimentos nos países de destino. A segurança jurídica é considerada um fator tão importante quanto o tamanho potencial do mercado.

Além disso, a expansão internacional permite que as empresas adquiram novas capacidades tecnológicas e organizacionais. A literatura analisada indica que as empresas que investem no exterior podem se beneficiar de economias de escala, aprendizado em mercados mais exigentes e acesso a ativos estratégicos que, consequentemente, fortalecem sua competitividade.

Os desafios pendentes

Apesar do seu crescimento, as multinacionais latino-americanas continuam a enfrentar inúmeros obstáculos. Entre eles, destacam-se as barreiras regulatórias, as dificuldades de acesso a financiamento competitivo, as deficiências em infraestrutura e a limitada coordenação institucional para facilitar a expansão dos negócios na região.

Para o CAF, uma agenda de integração moderna deve incluir corredores logísticos mais eficientes, plataformas regionais de inovação, financiamento especializado e programas para fortalecer fornecedores estratégicos. Desde 2021, a instituição destinou mais de US$ 2,475 bilhões a operações relacionadas à integração produtiva e comercial na região.

As políticas públicas também devem desempenhar um papel catalisador, especialmente para empresas de médio porte com alto potencial de internacionalização. Ambientes regulatórios estáveis, programas de apoio à expansão internacional e mecanismos de parceria público-privada estão entre as principais recomendações da organização.

A nova face da integração latino-americana

A história das multilatinas é, em grande medida, a história de uma nova etapa na integração regional. Ao contrário dos modelos tradicionais baseados unicamente em acordos governamentais, esse processo se constrói sobre a atividade empreendedora, o investimento produtivo e a criação de redes econômicas que transcendem fronteiras.

Em uma região que busca constantemente maneiras de aumentar a produtividade e reduzir sua dependência de matérias-primas, essas empresas representam um ativo estratégico. As multilatinas são veículos de inovação, canais de transferência de tecnologia e plataformas de expansão para milhares de pequenas e médias empresas que encontram nelas uma porta de entrada para os mercados internacionais.

Por essa razão, um número crescente de analistas concorda que o futuro da integração latino-americana dependerá não apenas dos governos, mas também da capacidade das multilatinas de continuarem construindo pontes econômicas entre os países vizinhos. Mais do que meras beneficiárias da integração, essas organizações se tornaram um de seus motores fundamentais.

DESAFIOS PARA CONSOLIDAR A INTEGRAÇÃO

1. Corredores logísticos mais eficientes.
2. Plataformas regionais de inovação.
3. Financiamento especializado.
4. Programas para fortalecer fornecedores estratégicos.

O papel que a região deve desempenhar na transformação digital



O fórum internacional 'Digitalizar para transformar', realizado em Santiago, Chile, foi o cenário ideal para delinear o papel que a América Latina e o Caribe devem desempenhar se quiserem ser relevantes diante da revolução tecnológica pela qual o mundo passa.

@AgendaCAF



O mundo está avançando a uma velocidade vertiginosa hoje em dia devido às mudanças tecnológicas. A frase pode soar como um lugar-comum, mas nem por isso deixa de ser verdadeira. Desenvolvimentos como a Inteligência Artificial (IA) avançam a cada minuto e aceleram a transformação digital de indivíduos, empresas e dos Estados.

Nesse contexto, o fórum internacional Digitalizar para transformar. Tecnologia e inovação para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, liderado pelo CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe – e realizado recentemente em Santiago, Chile, proporcionou o cenário ideal para analisar o papel que a região deve desempenhar na transformação digital.

O evento – realizado com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação do Chile – contou com a presença de aproximadamente 250 líderes de toda a região, incluindo ministros da ciência e tecnologia, parlamentares, senadores e representantes de empresas como NVIDIA e Millicom, entre

CENTRO DE INOVAÇÃO

Em março deste ano, o CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e o município de Vitacura assinaram um acordo de colaboração com o objetivo de desenvolver conjuntamente um Centro de Empreendedorismo e Inovação no Chile. O projeto inclui a construção da nova sede corporativa do CAF em Santiago, que abrigará o Centro de Inovação. O Centro pretende se tornar uma referência regional na incubação e aceleração de empresas emergentes e startups focadas na melhoria do uso de espaços públicos, no desenvolvimento de cidades inteligentes e na promoção do bem-estar da comunidade.



O CAF e a Co-Develop unem forças para apoiar a transformação digital na região.

outros, que debateram o papel da tecnologia, da inovação e da inteligência artificial no desenvolvimento.

"Nenhum país da América Latina e do Caribe (ALC) pode, sozinho, influenciar as regras que definirão o futuro da IA. Decisões sobre governança de dados, acesso à capacidade computacional, padrões, emprego e segurança não podem ser tomadas sem a participação de nossa região", afirmou Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF, durante a abertura do fórum.

O executivo também ofereceu aos países a experiência e a capacidade de coordenação da instituição para construir pontes, compartilhar conhecimento e criar espaços de diálogo que permitam avançar em direção a uma agenda regional sobre essa importante questão.

"Uma região coordenada pode compartilhar capacidades, transformar soluções locais em ativos regionais e negociar a partir de uma posição mais forte", explicou ele, convidando também os países da região a serem mais ativos e a integrarem as possibilidades e os riscos das novas tecnologias em suas agendas, em vez de serem consumidores passivos desses desenvolvimentos.

Nessa mesma linha, Ximena Lincolao, ministra da Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação do Chile, enfatizou a importância de agir em bloco para ter um impacto real na

"Nenhum país da América Latina e do Caribe, sozinho, pode influenciar as regras que definirão o futuro da IA. Decisões sobre governança de dados, acesso à computação, padrões, emprego e segurança não podem ser tomadas sem a participação de nossa região",

Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF.

ALIANÇA PARA ACELERAR A TRANSFORMAÇÃO

No âmbito do fórum internacional Digitalizar para transformar. Tecnologia e inovação para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, o CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e a Co-Develop assinaram um Memorando de Entendimento para fortalecer a cooperação e apoiar os países da região em seus processos de transformação digital.

A Co-Develop é um fundo filantrópico global que impulsiona a transformação digital em larga escala em diversos países por meio da abordagem de Infraestrutura Pública Digital (IPD). Essa abordagem engloba sistemas e capacidades digitais reutilizáveis e interoperáveis que permitem o desenvolvimento e a prestação de serviços de forma mais eficiente e em maior escala.

A parceria entre o CAF e a Co-Develop visa identificar e apoiar oportunidades para a aplicação da abordagem de IPD em setores prioritários para o desenvolvimento regional, como agricultura, cadastro imobiliário, saúde, proteção social e resiliência climática, entre outros.

FINANCIAMENTO PARA O CHILE

Durante sua visita ao Chile, para participar do fórum internacional Digitalizar para transformar, o presidente executivo do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — reuniu-se com o presidente do Chile, José Antonio Kast.

Após a reunião, o CAF anunciou que fornecerá ao Chile US$ 6 bilhões em financiamento nos próximos quatro anos para apoiar as prioridades do governo e impulsionar o investimento privado, visando aumentar a produtividade e o emprego.

"O Chile tem a oportunidade de acelerar o investimento e gerar novas fontes de crescimento e emprego. O CAF apoiará esse processo não apenas com recursos financeiros, mas também estruturando projetos e mobilizando capital privado para setores estratégicos do país", afirmou Sergio Díaz-Granados.

A agenda inclui o apoio da CAF em quatro áreas prioritárias: habitação e emprego, infraestrutura, água e segurança.

12 bilhões de dólares

O CAF alocará fundos nos próximos cinco anos para financiar iniciativas e projetos com componentes significativos de transformação digital.

transformação digital. "Nossa melhor opção é agir em bloco", afirmou Lincolao, acrescentando: "Como bloco, se nos organizarmos, podemos competir no mais alto nível."

Recursos para transformar

Além de propor o papel que a ALC deve assumir na adoção de novas tecnologias, é fundamental contar com os recursos necessários para que esta transformação digital se torne uma realidade e não fique apenas como uma declaração de intenções.

Para esse fim, o CAF anunciou no fórum que dobrará seu financiamento para iniciativas e projetos com componentes significativos de transformação digital nos próximos cinco anos, ultrapassando US$ 12 bilhões.

Díaz-Granados acrescentou que o CAF trabalhará com parceiros financeiros e outros atores do setor privado para mobilizar recursos adicionais compatíveis com a magnitude do desafio imposto pelo avanço rápido e implacável da tecnologia.

A agenda delineada para 2031 destaca três áreas principais: fortalecer as capacidades públicas para usar a IA de forma segura, responsável e eficaz; financiar conectividade, centros de dados, infraestrutura de processamento, cibersegurança e outros facilitadores críticos; e apoiar a transformação produtiva, especialmente para micro, pequenas e médias empresas, para que a adoção da IA se traduza em inovação, processos aprimorados e empregos de qualidade.

É evidente que a América Latina e o Caribe (ALC) devem participar da transformação digital se não quiserem perder uma oportunidade que avança rapidamente. E para alcançar esse objetivo, o velho ditado — que permanece relevante apesar do progresso — é fundamental: "a união faz a força".



Roteiro para levar a tecnologia à prática

Como preparar os alunos para prosperar na sociedade digital, por meio da autoavaliação e do fortalecimento de políticas públicas voltadas para o ensino de informática na educação obrigatória.

@AgendaCAF

O 'Guia para a Inclusão da Ciência da Computação (CC) nas Escolas' parte de uma distinção fundamental: alfabetização digital não é o mesmo que alfabetização informática.



Pelo menos no atual cenário da educação em El Salvador, os números falam mais alto que as palavras. A avaliação mais recente do Pisa for Schools 2026 — realizada em 171 escolas em todo o país — mostra que, em média, os alunos alcançaram 494 pontos em leitura, 33 pontos acima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em matemática e ciências, eles obtiveram 417 e 454 pontos, respectivamente, representando um aumento de 71 pontos em matemática e 69 pontos em ciências em comparação com o ano passado.

Esses números encorajadores, segundo Miriam Preckler, diretora de Educação do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — refletem um dos "processos de transformação educacional mais interessantes em curso no mundo, não apenas por seu alcance, mas também porque demonstra que a tecnologia pode se tornar uma ferramenta poderosa para aprimorar o aprendizado quando integrada a uma estratégia sistêmica de fortalecimento institucional".

No cerne dessa transformação, destaca o especialista em coluna de 8 de setembro, está a Inteligência Artificial (IA) como motor da modernização educacional: uma arquitetura inteligente de gestão, análise e suporte que permite a articulação de cinco dimensões fundamentais para o aprimoramento do sistema: qualidade, aprendizagem, avaliação, gestão escolar e tutoria e formação.

Essa experiência salvadorenha também indica para onde a educação no continente deve se direcionar para melhorar a qualidade do aprendizado em um contexto marcado por profundas desigualdades, mudanças tecnológicas aceleradas e novas demandas por habilidades para atuar em economias cada vez mais baseadas no conhecimento.

O GUIA: ESTRUTURA E OBJETIVOS

O guia é composto por três elementos:

- **Relatório conceitual:** estabelece o quadro teórico e as dimensões-chave.
- **Ferramenta digital de autoavaliação:** permite aos governos avaliar o nível de maturidade de suas políticas educacionais.
- **Webinar:** um espaço para formação e debate regional.

Seu objetivo é oferecer uma visão geral regional e situar a América Latina e o Caribe no contexto global do ensino de Ciência da Computação em sala de aula.

A rápida transformação tecnológica do século XXI, marcada pela IA, automação e pensamento computacional, apresentou um desafio estrutural aos sistemas educacionais da América Latina e do Caribe: preparar as novas gerações para se desenvolverem em uma sociedade digital. Nesse contexto, o CAF desenvolveu o Guia para a Inclusão da Ciência da Computação (CC) nas Escolas, um documento que visa orientar os governos na concepção, avaliação e fortalecimento de políticas públicas que incorporem esse conhecimento à educação obrigatória.

Por meio de uma análise de dimensões-chave, como planejamento institucional, currículo, formação inicial e continuada de professores e infraestrutura, um relatório intitulado Futuro en código: integrando las ciencias de la computación en el aula, preparado pela Fundação Sadosky em parceria com o CAF, propõe um roteiro para que governos nacionais e subnacionais alcancem níveis mais elevados de maturidade na implementação desse conhecimento. Com esse recurso, o CAF busca fornecer recomendações estratégicas que contribuam para reduzir as desigualdades e preparar as novas gerações para os desafios da economia digital.

Para o CAF, a alfabetização digital é tão essencial quanto a leitura e a escrita tradicionais, e sua ausência pode aprofundar as desigualdades.



EXPERIÊNCIAS-PILOTO E CASOS DE REFERÊNCIA

O CAF não se limitou à teoria. Na Argentina, por exemplo, apoiou a implementação de programas como o de Salas de Aulas Digitales Móviles na província de Jujuy, que distribui dispositivos e capacita professores no uso pedagógico da tecnologia. Em Mendoza, também na Argentina, a organização promoveu um sistema de alerta precoce baseado em inteligência artificial para detectar riscos de desistência escolar.

Além disso, desde 2015, apoia a iniciativa Program.AR na Argentina, que desenvolve materiais educativos, plataformas de programação e consultoria técnica para governos.

Marco conceitual integral

Segundo o relatório, o Guia começa com uma distinção fundamental: a alfabetização digital não é o mesmo que a alfabetização informática. Enquanto esta última se limita ao uso instrumental de dispositivos e programas, a primeira envolve a compreensão de como as tecnologias funcionam, como são construídas e como podem ser transformadas para resolver problemas. "Compreender a tecnologia informática significa que ela se torna um objeto de estudo em si mesma, permitindo aos cidadãos apropriarem-se dela, valorizá-la, compreendê-la e transformá-la", afirma o relatório.

O guia baseia-se num quadro conceptual estruturado em torno de seis dimensões: planeamento institucional, população-foco, formação docente inicial, desenvolvimento profissional contínuo, currículo e infraestruturas. Cada uma destas dimensões permite avaliar o nível de maturidade das políticas educativas e oferece alternativas para um progresso progressivo e sustentado.

Nessa perspectiva, o Guia dedica uma seção especial à IA, cuja presença no cotidiano torna ainda mais urgente a incorporação do ensino de CC nas escolas. O documento do CAF e da Fundación Sadosky alerta que não basta ensinar os alunos a consultar sistemas de IA: é necessário compreender como eles funcionam, como são desenvolvidos, quem se beneficia deles e quais riscos acarretam. O guia propõe que as escolas sejam os espaços onde os alunos aprendem a usar e criar IA a partir de uma perspectiva crítica e ética, abordando questões como viés algorítmico, privacidade e coleta massiva de dados

De acordo com o documento preparado pela Fundación Sadosky, "é necessário incorporar a IA nas escolas e fazê-lo a partir de uma perspectiva crítica e ética (tanto para o seu uso quanto para a sua criação), e isso não é possível sem compreender como os aplicativos e dispositivos baseados em IA funcionam e foram desenvolvidos. Isso requer conhecimento específico relacionado a dados, aprendizado de máquina e técnicas de IA, o que não pode ser abordado sem uma compreensão profunda de como os computadores são construídos e programados. Além disso, é preciso compre-



Segundo o Guia, "é necessário incorporar a IA nas escolas e fazê-lo a partir de uma perspectiva crítica e ética"

ender esses novos fenômenos que surgem com a implementação da IA (por exemplo, como os dados podem ser coletados sem aviso prévio do outro lado do mundo ou como bilhões de pontos de dados podem ser processados em paralelo) envolve conhecimento de todo o amplo espectro que compõe as CC.

Ferramenta digital e autodiagnóstico

Uma das contribuições mais inovadoras do Guia é a criação de uma ferramenta digital de autoavaliação. Essa matriz bidimensional permite que governos nacionais e subnacionais avaliem seu nível de desenvolvimento em comunidades inclusivas, recebam feedback automático e acessem recomendações estratégicas adaptadas ao seu contexto. Essa abordagem abrangente promove não apenas uma avaliação do que foi alcançado, mas também a identificação de desafios específicos a serem enfrentados.

Esta ferramenta — que inclui um diagnóstico preciso da situação e roteiros adaptados a cada contexto, oferecendo assim um guia inestimável para a transformação educacional rumo a uma era digital mais equitativa e inclusiva — foi desenvolvida pelo CAF em 2022. O diagnóstico baseia-se na coleta de informações essenciais sobre várias dimensões do processo educativo, a partir de documentos de pesquisa, sites especializados e entrevistas com especialistas no assunto.

Naquele ano, a ferramenta analisou dimensões como programas ou políticas públicas nacionais para a inclusão de tecnologias nos sistemas educacionais, conectividade, acesso a dispositivos e conteúdo na nuvem, desenvolvimento profissional para professores e gestores, proteção de dados infantis, segurança e sistemas de informação educacionais, e sua capacidade de integrar tecnologias e plataformas de forma eficiente e acessível.

Na primeira etapa, foram analisados dez estudos de caso de países que, nos últimos 30 anos, implementaram programas educacionais para o ensino de ciência da computação, informática ou pensamento computacional em algum nível de seu sistema de ensino obrigatório. Como parte desse processo de diagnóstico, foram identificados para cada país: a definição específica do programa, os objetivos principais, a abordagem de ensino, o alcance dentro do sistema educacional, o contexto de implementação, a motivação inicial e os instrumentos de políticas públicas, como currículo, formação de professores, avaliação e evolução do programa ao longo do tempo.

Um apelo à ação

O Guía para la Inclusión de Ciencias de la Computación en la Escuela representa um marco na agenda educacional regional, pois oferece uma estrutura comum para análise e ação, reconhece a diversidade de condições institucionais e culturais em diferentes países e promove a cooperação regional. Para o CAF, a alfabetização digital é tão essencial quanto a leitura e a escrita tradicionais, e sua ausência pode agravar as desigualdades.

"A transformação digital dos sistemas educacionais representa um dos maiores desafios que a América Latina e o Caribe enfrentam hoje. Essa contribuição é fundamental para fortalecer a cooperação regional, elaborar estratégias de financiamento e assistência técnica e promover políticas mais eficazes, equitativas e sustentáveis", conclui o documento, no qual o CAF oferece aos governos um roteiro para garantir que a inclusão da Ciência da Computação nas escolas deixe de ser uma aspiração e se torne uma política pública concreta, capaz de preparar as novas gerações para os desafios da economia digital e da sociedade do conhecimento.

Em busca da equidade perdida

Graças à metodologia de Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA), os governos locais podem encontrar maneiras de financiar um futuro mais equitativo na América Latina e no Caribe.

@AgendaCAF



No dia 12 de setembro, a mídia local da cidade de Chihuahua, no México, noticiou em suas primeiras páginas um evento histórico: o município tornou-se o primeiro no país a concluir uma avaliação de Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA), um resultado que fortalece a transparência, a responsabilidade e a gestão dos recursos públicos, mas, acima de tudo, visa financiar um futuro mais igualitário.

Desenvolvida com o apoio técnico do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —, a avaliação PEFA-Gênero permite compreender como a perspectiva de gênero é incorporada ao planejamento, alocação, execução, monitoramento e prestação de contas do orçamento local.

Segundo o site da EVyN Chihuahua, "o Secretariado da PEFA confirmou que o processo cumpriu a metodologia e os padrões estabelecidos e, portanto, concedeu ao município o Certificado PEFA correspondente". Essa avaliação permitirá vincular os recursos alocados a ações como a prevenção da violência contra as mulheres e a promoção de sua autonomia econômica a metas e indicadores específicos para mensurar resultados e identificar áreas de melhoria.

Financiar um futuro mais igualitário é o objetivo da ferramenta que colocou Chihuahua na vanguarda da busca pela equidade perdida, especialmente na América Latina e no Caribe (ALC), onde as desigualdades de gênero persistem em áreas como emprego, cuidados, segurança, mobilidade e autonomia econômica, e, portanto, incorporar a perspectiva de gênero nas decisões orçamentárias é fundamental para transformar os compromissos com a igualdade em políticas eficazes.

Em artigo publicado no blog do CAF, Bárbara Auricchio, Verónica Rodulfo Borunda e Alejandra Irais López destacam que "integrar o uma perspec-





A apresentação da implementação do PEFA-Gênero em Chihuahua ocorreu em setembro passado.

tiva de gênero no planejamento, orçamento, implementação e prestação de contas permite uma melhor alocação de recursos públicos para ajudar a reduzir as desigualdades.".

Segundo esses autores, a metodologia internacional PEFA-Gênero avalia em que medida os sistemas de gestão das finanças públicas incorporam uma perspectiva de gênero ao longo do ciclo orçamentário e permite que esse compromisso seja transferido para a gestão das finanças públicas, além de analisar em que medida o planejamento, a alocação e a execução de recursos e o monitoramento de resultados contribuem para torná-lo realidade.

Segundo os autores, incorporar uma perspectiva de gênero no orçamento não significa simplesmente identificar quanto dinheiro é destinado a programas voltados para mulheres. "Envolve analisar como as decisões sobre recursos públicos podem responder a necessidades diferenciadas e contribuir para a redução das desigualdades", explicam.

Os resultados do PEFA-Gênero permitem que os pesquisadores identifiquem áreas para o fortalecimento de processos, informações e capacidades institucionais. Isso pode se traduzir em melhores decisões sobre onde intervir, como alocar recursos e como avaliar se as políticas e os programas estão gerando os resultados esperados para mulheres e homens.

No caso de Chihuahua, a implementação do PEFA-Gênero faz parte de uma estratégia mais ampla do governo municipal para fortalecer a gestão das finanças públicas por meio de padrões reconhecidos internacionalmente.

Em 2022, o município já havia avaliado sua gestão financeira utilizando o PEFA e o PEFA Clima. O PEFA-Gênero completa um ciclo de avaliações que permite a análise das finanças públicas em três dimensões complementares: desempenho institucional, sustentabilidade climática e igualdade de gênero.

Além disso, o Plan Municipal de Desarrollo 2024–2027 incorpora a Equidad de Género y Familia como eixo transversal. PEFA-Gênero fa-

"A avaliação PEFA-Gênero permite-nos compreender como a perspectiva de gênero é incorporada no planejamento, alocação, implementação, monitoramento e prestação de contas do orçamento local.



cilita a tradução desse compromisso na gestão das finanças públicas e a análise da medida em que o planejamento, a alocação e execução de recursos e o monitoramento de resultados contribuem para torná-lo realidade", afirmam os autores no blog.

"A avaliação PEFA-Gênero, impulsionada pela Dirección de Planeación e Innovación Gubernamental (DPIG), busca, portanto, ir além do diagnóstico: identificar pontos fortes e lacunas para orientar ações concretas de fortalecimento institucional", acrescentam.

Decisões mais bem fundamentadas

Segundo com as especialistas, a médio e longo prazo, essas melhorias permitirão que o município de Chihuahua promova uma alocação de recursos mais sensível às disparidades de gênero existentes, intervenções melhor elaboradas e mecanismos mais sólidos de acompanhamento e avaliação.

"A experiência também mostra o papel que os governos locais podem desempenhar: adotar padrões internacionais, identificar oportunidades de melhoria e utilizar evidências para orientar decisões que atendam às necessidades de seus territórios. Para o CAF, acompanhar esse processo significa contribuir para uma nova geração de finanças públicas: mais inovadoras, inclusivas e capazes de transformar os compromissos com a igualdade em decisões concretas sobre os recursos públicos", afirmam.

A experiência de Chihuahua demonstra, em última análise, que incorporar a perspectiva de gênero ao orçamento não significa apenas mudar a forma de administrar os recursos, mas sim utilizá-los melhor para reduzir desigualdades e transformar a igualdade em resultados concretos para as mulheres.

Adicionar a perspectiva de gênero ao orçamento permite compreender como o melhor uso dos recursos se traduz em resultados concretos para as mulheres.

Como aplicar o PEFA

A PEFA é uma aliança estratégica entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e os governos da França, do Luxemburgo, da Noruega, do Reino Unido, da República Eslovaca e da Suíça. Ela oferece um quadro de referência para avaliar e relatar os pontos fortes e fracos da Gestão das Finanças Públicas (GFP) por meio do uso de indicadores quantitativos que permitem medir o desempenho.

A ferramenta foi projetada para fornecer um diagnóstico por meio de uma metodologia que possa ser replicada em avaliações subsequentes, o que permite obter um resumo das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Sua medição é baseada em evidências, a partir de uma comparação com 31 indicadores de desempenho.

O quadro complementar para avaliar a gestão das finanças públicas sob a perspectiva de gênero facilita a coleta de informações para avaliar até que ponto os países atendem às diferentes necessidades de homens e mulheres, bem como de subgrupos dentro dessas categorias. O PEFA-Gênero conta com nove indicadores distribuídos ao longo do ciclo orçamentário e pode ser aplicado tanto em nível nacional quanto subnacional.

Em março deste ano, o blog do Banco Mundial (blogs.worldbank.org) informou que, desde 2020, 32 governos nacionais e subnacionais aplicaram o Quadro de Gênero da Avaliação das Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA), criando o primeiro conjunto de dados global sobre como os sistemas de GFP abordam questões de gênero. "Os resultados mostram avanços e um maior com-

promisso, mas também destacam as lacunas que ainda existem para alcançar resultados em matéria de igualdade de gênero", explica.

Essas 32 avaliações fornecem uma base para entender a situação atual dos sistemas de GFP, identificar lacunas e como os governos poderiam se tornar mais sensíveis ao gênero. "O PEFA estabelece boas práticas de gênero e promove o diálogo entre ministérios da fazenda, agências e parceiros de desenvolvimento", acrescenta.

Segundo o blog, a maioria dos governos ainda está apenas começando. Apenas alguns incorporaram requisitos de gênero em ferramentas essenciais de gestão das finanças públicas, como circulares orçamentárias ou estruturas de relatórios anuais. O blog destaca, por exemplo, que menos da metade dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realiza avaliações de impacto de gênero de forma rotineira antes de implementar novas políticas. "As análises do FMI sobre as economias do G-20 encontram práticas avançadas de gênero em apenas alguns países, como Canadá, Áustria, França e Japão", observa o texto.

E conclui que, apesar das lacunas, há sinais de progresso real: nove países agora incluem requisitos de gênero em suas circulares orçamentárias. Embora essas circulares não garantam a implementação, elas abrem caminho para que os ministérios comecem a considerar a perspectiva de gênero no planejamento orçamentário.

Na América Latina, as desigualdades de gênero persistem no emprego, na segurança e na autonomia econômica.



UM HISTÓRICO DE SUCESSO

Nas Filipinas, a incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de elaboração do orçamento começou em 1995.

O principal motor do processo de reforma foi a Philippine Commission on Women (PCW). Sua principal característica é a exigência de que todas as agências governamentais aloquem pelo menos 5% de seus orçamentos para abordar a igualdade de gênero, com a intenção de que esses 5% influenciem os 95% restantes. Esse esforço é chamado de "orçamento com perspectiva de gênero e desenvolvimento".

De acordo com o Relatório PEFA para as Filipinas e a National Economic and Development Authority da República das Filipinas, embora essa abordagem tenha sido bem-sucedida e tenha possibilitado a integração da perspectiva de gênero em todo o processo de elaboração do orçamento, ela também enfrentou dificuldades. "Em particular, isso faz com que os órgãos governamentais se concentrem em 5% do orçamento e, com frequência, negligenciem os 95% restantes, que podem acabar sendo 'insensíveis ao gênero' (gender-blind)", destaca.

Acupuntura para a água

Transformar espaços públicos em infraestrutura verde para combater o estresse hídrico, as inundações e os efeitos das mudanças climáticas é o objetivo do inovador projeto de acupuntura acupuntura hidrourbana que está revolucionando Xochimilco, no México.

@AgendaCAF



A manhã amanhece em San Gregorio Atlapulco com o reflexo da água nas quadras e caminhos do seu Centro Deportivo y Cultural. Ali, onde a paisagem antes parecia fragmentada pelo crescimento urbano e pela escassez hídrica, vislumbra-se agora um espaço capaz de reconciliar a comunidade com o seu ambiente natural. Tudo isso graças a um projeto que integra o Sistema de Hidroparques para la subcuenca de Xochimilco, uma estratégia que busca transformar espaços públicos em infraestrutura verde para combater o estresse hídrico, as inundações e os efeitos das mudanças climáticas.

San Gregorio Atlapulco é um dos povos originários da alcaldia de Xochimilco na Cidade do México. O vocábulo atlapulco significa "onde a água esvoaça" e por isso — e graças ao projeto de hidroparques — esse líquido vital deixou de ser visto como uma ameaça ou um recurso invisível.

O objetivo é integrar-se à paisagem por meio de soluções baseadas na natureza, capazes de infiltrar a água da chuva, fortalecer a biodiversidade e oferecer espaços de convivência para os moradores.

Entre crianças brincando, atletas explorando as trilhas e moradores redescobrindo o valor das áreas úmidas, o parque aquático surge como uma espécie de acupuntura urbana: uma intervenção direcionada com amplo impacto. Mais do que uma estrutura física, ele representa uma nova relação entre cidade, água e comunidade.

No coração de Xochimilco, cada gota de água recuperada se torna também uma oportunidade para construir um futuro mais resiliente e sustentável. Esse é o objetivo da série Cidades que Cuidam da Água, que promove a integração do desenvolvimento urbano, da ação climática, da segurança hídrica e da biodiversidade por meio de soluções baseadas na natureza. Esses estudos foram desenvolvidos com o apoio técnico e financeiro do CAF –



O Sistema de Hidroparques busca converter espaços públicos em infraestrutura verde para combater o estresse hídrico.

banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe – escritório no México desde 2018 e foram adaptados como publicações de acesso aberto devido ao seu valor técnico e metodológico.

Tudo começou em 1972, após a primeira Cúpula da Terra em Estocolmo, na Suécia, quando surgiu o projeto do que hoje conhecemos como Parques Aquáticos ou Sistemas Hidroparque. Esses sistemas são capazes de captar e absorver água da chuva, aliviando a pressão sobre os sistemas de esgoto e melhorando a qualidade da água filtrada. Esses espaços proporcionam benefícios significativos à paisagem urbana, promovendo a conservação da biodiversidade e criando áreas de lazer que geram um impacto positivo nos aspectos sociais e culturais da comunidade.

Em consonância com esses esforços, o CAF busca consolidar-se como o "banco verde" da



A proposta: um Sistema de Hidroparques para la subcuenca de Xochimilco.



O CAF apoia iniciativas comprometidas com o meio ambiente.

região, apoiando seus países-membros no cumprimento de seus compromissos ambientais e climáticos. Por meio do apoio a iniciativas inovadoras como aquela, que promovam soluções baseadas na natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, a entidade contribui para a construção de cidades mais resilientes e sustentáveis.

Transformações verdes

Graças à pesquisa realizada pela equipe multidisciplinar Taller Capital + Manuel Perló, de novembro de 2018 a junho de 2019, o CAF apresentou o conceito de regeneração do Deportivo San Gregorio Atlapulco como uma infraestrutura paisagística na forma de acupunturas hidrourbanas, com o intuito de criar um sistema de parques aquáticos para a sub-bacia do rio Xochimilco. Essa conceitualização foi fundamental para a tomada de decisões e reúne os elementos analíticos que sustentam uma proposta conceitual precisa, prática, específica e viável.

Esses estudos foram apoiados pelo CAF por meio de financiamento e assistência técnica para seu desenvolvimento entre 2018 e 2019. Em novembro de 2024, decidiu-se disponibi-



FOTO: CAF / EL UNIVERSAL

Combater o estresse hídrico nas cidades exige projetos inovadores.

lizar o relatório para um público mais amplo, mantendo o conteúdo original.

Foi ali que se cunhou o conceito de 'acupunturas hidrourbanas', com o qual se propõem projetos de transformação de espaços públicos abandonados e/ou subutilizados em infra-estruturas paisagísticas ou verdes, capazes de auxiliar na gestão dos recursos hídricos, sobretudo nos momentos em que os sistemas tradicionais se encontram sob pressão. Isso sem deixar de lado o enorme potencial que o espaço público possui para transformar a vida urbana, ao mesmo tempo em que funciona como marco e suporte à presença da água, não como elemento ornamental, mas como catalisador de sua disponibilidade durante todo o ano.

A série Cidades que Cuidam da Água — que destaca a importância do sistema de parques aquáticos para a sub-bacia de Xochimilco, na Cidade do México — concentra-se inicialmente no projeto do Centro Deportivo y Cultural San Gregorio Altapulco. Este local foi escolhido para intervenção devido à sua importância duradoura como último vestígio da paisagem e do patrimônio cultural da cidade. Com isso em mente, foi compilada uma pesquisa sobre as características naturais do local: topografia, hidrologia, infraestrutura, pluviosidade, clima, exposição solar, geologia, ciência do solo, fraturamento do solo, áreas naturais protegidas e uso da terra. Além disso, uma seção que

GUARDIÕES DA ÁGUA

A série Cidades que Cuidam da Água inclui três espaços que vão revolucionar a forma de proteger esse líquido vital em Xochimilco, Cidade do México: o Centro Deportivo y Cultural San Gregorio Altapulco, Deportivo Canal Nacional, e Parque de Lluvia Solidaridad.

1. A transformação do Centro Deportivo e Cultural San Gregorio Atlapulco revitalizará um local de grande importância ambiental, histórica, tradicional e cultural para a Cidade do México. Servirá como referência para as melhores práticas ambientais e estimulará o diálogo sobre possíveis futuros para esta grande metrópole, onde qualquer intervenção deve beneficiar diretamente o seu entorno imediato e indiretamente toda a cidade.

2. Se implementado, o Deportivo Canal Nacional estabelecerá um paradigma para o tratamento de espaços abertos na Região Metropolitana do Vale do México, sendo um exemplo convincente do tipo de projeto que ajuda a mitigar os problemas hídricos do Vale do México.

3. O benefício em termos de adaptação às mudanças climáticas oferecido pelo Parque de Lluvia Solidaridad, por um lado, é que ele proporcionará à área local e aos seus habitantes uma infraestrutura flexível capaz de se adaptar à variabilidade das chuvas induzida pelas mudanças climáticas, cujo efeito é o aumento da frequência de chuvas torrenciais que causam inundações, e, por outro lado, oferecerá recursos hídricos de qualidade potável não sujeitos a fontes externas de abastecimento, como o Sistema Cutzamala, cuja disponibilidade de água será reduzida entre 10 e 17%, devido ao aumento das temperaturas nos próximos vinte anos.



Mais árvores para o Parque de Lluvia Solidaridad.

detalha a governança da água na Cidade do México foi incluída, fornecendo uma estrutura para a compreensão das análises e propostas subsequentes.

Conforme descrito ao longo do documento, San Gregorio abriga um dos últimos vestígios da agricultura chinampa na Bacia do Vale do México e é uma das áreas que melhor preserva suas tradições e práticas na região. "Por essa razão, é necessário que a intervenção proposta, além de simplesmente mencioná-la, se torne um exemplo de reposicionamento da chinampa, não apenas como forma de salvaguardar a cultura, mas também como meio de revitalizar a economia local", explica o texto.

A série Cidades que Cuidam da Água inclui um segundo espaço fundamental para a capital mexicana: o Complexo Esportivo do Canal Nacional, uma região na zona sul da Cidade do México com significativo valor histórico para a compreensão do funcionamento de um sistema hidráulico original que ali existiu. Por essa razão, o projeto propõe a promoção de uma cultura da água (em seu sentido mais amplo) como elemento unificador entre a área urbana e a natural. "O Complexo Esportivo do Canal Nacional deve ser um componente fundamental para a restauração integral do Canal Nacional. Isso se deve, em grande parte, ao fato de servir como uma ponte entre as áreas urbanas e naturais da metrópole, e também porque deve se tornar uma área visível da Cidade do México que rompa com a percepção atual de que é um espaço marginal, negligenciado pelas autoridades e inseguro para os usuários", afirma o documento.

"O conceito de acupunturas hidrourbanas propõe projetos para transformar espaços públicos em infraestruturas verdes capazes de auxiliar na gestão da água nas cidades."

Por último, a série propõe também intervir em um terceiro espaço: o Parque de Lluvia Solidaridad, localizado no município de Tláhuac, em uma faixa urbanizada entre a Serra de Santa Catarina e a Ciénega de Xochimilco, e que se estende sobre o leito do antigo lago de mesmo nome. Esse corpo d'água deixou de existir a partir do século XIX, quando a área lacustre se reduziu rapidamente após a drenagem do lago de Chalco, dando origem a um território de solo mole e lamacento.

Lá, a estratégia de acupunturas hidrourbanas no Parque de Lluvia Solidaridad recuperaria uma área que — segundo o estudo — tem o potencial de fornecer até 8.500 porções de um mínimo vital de água potável (20 litros) em caso de emergência, graças à capacidade de seu reservatório de armazenar 170 m³ de água. "Isso é importante tendo em vista a complexa situação enfrentada pela região local durante o terremoto de 19 de setembro de 2017 — que causou interrupção no abastecimento devido a danos nas redes primárias e secundárias, bem como dificuldades no acesso de caminhões-pipa devido aos graves danos nas vias públicas —, e diante dos grandes cortes causados por reparos nas redes do principal sistema de abastecimento".

"Da mesma forma — afirma o estudo —, o hidroparque proposto constitui um projeto de revitalização do Parque de Lluvia Solidaridad, graças ao plantio de 70 a 100 novas árvores e à construção de 10.800 metros quadrados de instalações recreativas e esportivas, mantendo as instalações que permitem a realização das atividades esportivas existentes atualmente, e acrescentando outras que promovam a agricultura sustentável por meio de hortas urbanas, a cultura de captação de água da chuva e diversas oficinas comunitárias".

O Centro Deportivo y Cultural San Gregorio Altapulco, Deportivo Canal Nacional, Parque de Lluvia Solidaridad: três iniciativas que buscam proteger a água... naturalmente.

A memória de que as escolas precisam

O CAF alerta que uma política sólida de infraestrutura educacional requer algo essencial: informações confiáveis. Sem elas, é difícil determinar onde estão as necessidades e direcionar recursos para os investimentos que cada região realmente precisa.

@AgendaCAF



Em 8 de junho, o CAF publicou uma ferramenta de autoavaliação para avaliar os sistemas de informação sobre infraestrutura educacional na América Latina e no Caribe. Desenvolvida em parceria com a Technopolis S.A., uma empresa de pesquisa e inovação, a ferramenta parte de uma constatação incômoda: os governos podem saber quanto gastam com escolas e quantos projetos contratam, mas nem sempre têm informações suficientes para saber o que possuem, em que estado se encontram e do que cada região precisa.

O assunto parece técnico até ser analisado do ponto de vista orçamentário. Uma decisão sobre infraestrutura começa muito antes do projeto de uma obra. Depende de saber quantos alunos há, onde eles estão, qual é a capacidade disponível e quais são as condições de cada prédio. Quando essas informações faltam, o problema não é apenas estatístico e pode acabar se transformando em uma má decisão de investimento.

O documento do CAF — intitulado Ferramenta de Autodiagnóstico para a Infraestrutura Educacional — reúne boas práticas identificadas em documentos especializados e entrevistas com sete especialistas. A ferramenta contém 45 variáveis e 211 perguntas, organizadas em três dimensões: as condições estruturais dos sistemas, o fluxo de informações e as características dos dados. A proposta permite que as autoridades reconheçam suas próprias capacidades e definam em que áreas precisam melhorar.

Uma escola não termina quando é inaugurada

Um prédio escolar tem uma vida útil muito mais longa do que qualquer administração. Durante anos, ele pode passar por ampliações, reparos e alterações em suas instalações. Se essas mudanças não forem registradas, o estado perde a memória de um patrimônio que continuará a prestar serviços muito tempo depois que seus gestores tiverem mudado.

O CAF propõe que este relatório inclua informações sobre as dimensões dos espaços, serviços públicos, condições de vida, acessibilidade e estado dos materiais. Sugere ainda o registo de intervenções anteriores, incluindo a data, o âmbito, o custo e o responsável.

A manutenção desempenha um papel crucial nessa abordagem. A infraestrutura existente é um ativo que deve ser preservado, mas as necessidades de manutenção muitas vezes competem com projetos mais novos e visíveis. Um sistema que permita monitorar a deterioração e antecipar as intervenções necessárias pode evitar reparos quando o problema já exigir uma obra de grande porte.

A terra também fala

Uma escola não pode ser analisada isoladamente de sua localização. A demanda educacional muda com o crescimento urbano, o despovoamento rural e as mudanças demográficas. Portanto, o CAF propõe relacionar os dados das instituições de ensino com informações sobre transporte público, segurança viária, serviços e equipamentos nas proximidades.

O Peru oferece um dos exemplos mais completos do documento. Em 2013, foi realizado um Censo de Infraestructura Educativa (CIE) que abrangeu os 24 departamentos do país e o Callao. O levantamento registrou 49.516 estabelecimentos de ensino, sendo 41.256 rurais e 8.260 urbanos. Incluiu informações sobre clima, terreno, serviços, obras, localização geográfica, distribuição dos edifícios e avaliação técnica.

O esforço lançou as bases para o planejamento de investimentos. Mas o caso também revelou outro problema: o país possuía diferentes ferramentas de informação relacionadas à infraestrutura, incluindo o Padrón de Locales Escolares, Margesi e Wasichay. Segundo o CAF, esses sistemas operavam de forma fragmentada. O desafio não era simplesmente coletar mais informações, mas garantir que elas pudessem ser interligadas.

A capacidade de uma escola não depende apenas do número de salas de aula. Matrículas, níveis de ensino, dias letivos e espaço disponível também são fatores importantes.

Com essa informação, é possível descobrir que a falta de vagas pode ter diferentes soluções: uma expansão, uma redistribuição de alunos ou a construção de um novo estabelecimento.

Um prédio escolar tem uma vida útil muito mais longa do que qualquer administração. Durante anos, ele pode passar por ampliações, reparos e alterações em suas instalações.

20 ANOS DE INFORMAÇÃO

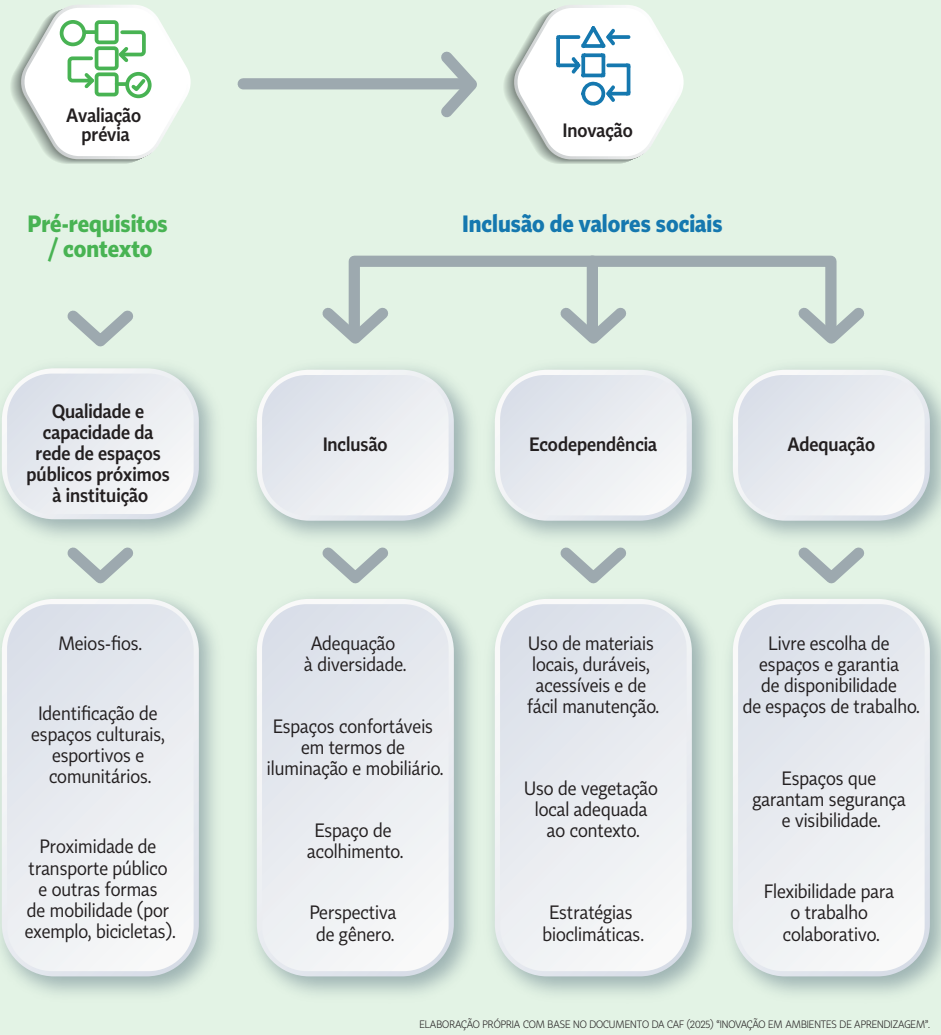
No Peru, o Código de Local Escolar começou a ser utilizado em 2004 e é atualizado anualmente. Sua abrangência inclui instituições de ensino públicas e privadas, além de programas não escolarizados. Mais do que a antiguidade do registro, o dado revela a importância de manter uma identificação constante de cada estabelecimento, para que as informações possam preservar sua continuidade e utilidade ao longo do tempo.



A infraestrutura educacional é fundamental para o desenvolvimento ideal do ensino.

ELEMENTOS-CHAVE NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DE AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Aspectos de design que influenciam a aprendizagem e a inovação



ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NO DOCUMENTO DA CAF (2025) "INOVAÇÃO EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM".

Uma escola não pode ser analisada isoladamente de sua localização. A demanda educacional muda com o crescimento urbano, o despovoamento rural e as mudanças demográficas.

Quando o sistema existe, mas não funciona

O Uruguai oferece uma lição diferente. Lá, existe um sistema para registrar emergências em prédios educacionais. Os problemas podem ser relatados por meio de um número gratuito (0800), são classificados de acordo com a prioridade e acompanhados até a resolução. O sistema permite o monitoramento de casos pendentes, tempos de resposta e incidentes recorrentes.

No entanto, dez anos após a sua implementação, 30% dos diretores e coordenadores escolares ainda não estavam familiarizados com o sistema. Este número revela uma dificuldade que nenhum programa de software consegue resolver sozinho. Um sistema de informação só cumpre o seu propósito quando as pessoas que o utilizam o integram no seu trabalho.

O documento inclui também a experiência do OpenEMIS, uma plataforma de informação

educacional de código aberto promovida pela Unesco. O sistema, utilizado em mais de 15 países, possui um módulo de infraestrutura e pode operar tanto online quanto offline. Sua experiência leva o CAF a uma conclusão relevante: os principais obstáculos não são necessariamente tecnológicos.

As dificuldades podem residir na ausência de políticas claras, em sistemas de gestão inadequados ou na falta de pessoal qualificado. O problema, então, muda de natureza: não se trata mais de comprar uma plataforma, mas de construir as condições institucionais para que a informação seja contínua e útil.

A Colômbia surge no documento com uma observação igualmente reveladora. Mais de 15 anos após a implementação do Sistema Integrado de Matrícula (SIMAT), este ainda estava em desenvolvimento. Isso demonstra que os sistemas de informação pública necessitam de atualização e prestação de contas, pois os dados que visam descrever também se alteram.

Antes de assentar a primeira pedra

O CAF identifica sete possíveis usos para informações sobre infraestrutura educacional. Elas podem ser usadas para planejar novas construções, expandir ou melhorar instalações existentes, organizar manutenção preventiva e responder a emergências. Além disso, podem ajudar a gerenciar a capacidade escolar, conectar escolas com a comunidade e facilitar o acesso à informação para pesquisa e transparência.

A discussão, em última análise, muda o foco do orçamento para uma perspectiva diferente. Essa abordagem também permite uma melhor priorização e evita que projetos urgentes ofusquem necessidades menos visíveis. Não se trata apenas de quanto dinheiro está disponível para construção. A qualidade da informação usada para decidir onde gastá-lo é igualmente importante. Um projeto pode ser necessário e bem executado, mas isso não significa que tenha sido a intervenção prioritária para aquela área.

A publicação do CAF levanta essa questão sem criar uma falsa dicotomia entre informação e infraestrutura. As escolas são construídas com verbas públicas. Mas a decisão de construí-las exige algo menos visível: evidências que expliquem onde estão as necessidades e qual a resposta adequada em cada caso.

Talvez seja por isso que o déficit mais difícil de enxergar não seja a escola que falta, mas a falta de informação que nos impede de saber exatamente o porquê. Quando essa informação está disponível, o orçamento pode olhar além da construção visível e abordar o problema real. E essa diferença, mesmo que não apareça nas fotos de uma inauguração, pode ser decisiva para a qualidade do investimento em educação.



Informações sobre infraestrutura educacional podem ajudar a gerenciar a capacidade das escolas.

BARBADOS, O ÚNICO CASO REGIONAL

Na época do estudo do CAF, Barbados era o único país da América Latina e do Caribe que havia implementado o OpenEMIS, a plataforma de código aberto promovida pela Unesco. Ela já era utilizada para gerenciar informações de alunos e professores, mas seu módulo específico para infraestrutura educacional ainda não havia sido incorporado. Esse contraste evidencia a lacuna entre possuir uma ferramenta e estender seu uso à gestão física das escolas.

Um oceano de possibilidades para a região



Um relatório, liderado pelo CAF, sobre a Economia Azul Sustentável na América Latina e no Caribe destaca as oportunidades, os riscos e os desafios do crescimento sustentável em suas zonas marinhas e costeiras.

@AgendaCAF

Metade da área da América Latina e do Caribe (ALC) é composta por vastas extensões de mar que abrigam cerca de 40% da biodiversidade mundial. As zonas costeiras abrigam cerca de 175 milhões de pessoas na região, o que equivale a 27% de sua população, que se sustenta dos alimentos produzidos pelos mares, bem como do turismo e dos portos que conectam o comércio mundial.

Esses números mostram uma relação profunda entre a economia regional e seus oceanos. No entanto, esses corpos d'água também enfrentam enormes ameaças, como o aquecimento global, a poluição e a degradação dos ecossistemas.

Nas palavras do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): "O crescimento rápido e insustentável dos setores relacionados ao oceano está gerando riscos ambientais, corroendo a base de recursos oceânicos e criando riscos regulatórios, de mercado, de reputação e físicos para empresas, instituições financeiras e seus clientes".

Isso ressalta a importância de promover uma economia azul sustentável, que significa essencialmente que as atividades econômicas ligadas aos oceanos e suas costas sejam realizadas segundo critérios de sustentabilidade ambiental, inclusão social e equidade territorial.

Para identificar o ponto de partida da América Latina e do Caribe para iniciar sua transição para essa economia, o CAF — Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe — em parceria com o Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) e o World Resources Institute (WRI), criou o Relatório Regional sobre Economia Azul Sustentável na América Latina e no Caribe.

O relatório aborda o estado das instituições nacionais e regionais, juntamente com as regulamentações ambientais e econômicas, em setores associados à economia azul da região. Também analisa o progresso de vários setores econômicos — com foco principal em turismo, atividade portuária, pesca, aquicultura, energias renováveis e bioeconomia — e a implementação de mecanismos de financiamento, como títulos azuis e pagamentos por serviços ecossistêmicos.

Além de mapear o presente, o relatório propõe uma série de possibilidades para a região alavancar seu desenvolvimento em novas indústrias, como energia eólica offshore ou biotecnologia, e para promover a cooperação regional, entendendo que nem a biodiversidade nem as mudanças climáticas reconhecem fronteiras.

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS (AMPS) NA MESOAMÉRICA E NA AMÉRICA DO SUL

PAÍS	COBERTURA AMP (%)	HECTARES DE ÁREA MARINHA PROTEGIDA ESTIMADA
México	23,8 %	649.587 km²
Costa Rica	31 %	≈160.000 km²
Panamá	≈30 %	≈98.000 km²
Colômbia	≈30 %	≈23 milhões ha
Eq uador	19,3 % (2022)	19,3 milhões ha
Peru	≈8 %	Sem dados oficiais recentes
Venezuela	4,35 % (2021)	Sem números oficiais
Chile	42 % (2025)	~1,3 milhão de ha costeiro-marinhos >1,4 milhão de km² de parques oceânicos
Brasil	26 % (2024)	~960.000 km²
Argentina	12 % (2024)	~170.000 km²
Uruguai	0,7 % (2022)	~3.436 km²

FONTE: RELATÓRIO REGIONAL SOBRE ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Ritmos Dispares, Problemas Comuns

Em 2022, após a Conferência das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP 15), os Estados-membros das Nações Unidas (ONU) — com exceção dos Estados Unidos — comprometeram-se a proteger e gerir eficazmente 30% das suas áreas terrestres e marinhas, através da criação de áreas naturais protegidas e da implementação de medidas de conservação nesses territórios. Pode-se argumentar que alcançar este objetivo é fundamental para que uma economia azul sustentável se torne realidade, uma vez que prevenir a degradação destas áreas é essencial para que as gerações futuras continuem a beneficiar dos serviços e bens que elas proporcionam.

Em nível regional, o progresso rumo a essa meta de proteção é desigual: países como Chile, Costa Rica e Colômbia já ultrapassaram a meta; enquanto isso, outros, como Brasil, Equador e México, têm níveis de proteção em torno de 20%; nas ilhas do Caribe, e na Guiana e Suriname, as áreas protegidas cobrem menos de 8% do ter-



ritório em média, e em países como Venezuela e Uruguai o número não chega a 5%.

Segundo o relatório, promover o desenvolvimento destas áreas e garantir que os Estados controlem e protejam estas zonas de reserva "define espaços de soberania efectiva, abre oportunidades para o financiamento climático e fortalece a posição internacional nas negociações sobre a biodiversidade marinha".

Um problema comum que dificulta a gestão eficaz destas áreas é que as entidades que monitorizam e regulam as empresas e comunidades que utilizam os seus recursos nem sempre estão articuladas ou dialogam de forma eficaz, podendo até ter mandatos contraditórios. Alguns países criaram comitês interministeriais ou unidades técnicas especializadas para coordenar políticas ligadas à economia azul sustentável, que integram setores como o ambiente, a pesca, o turismo, a energia e a ciência.

Outros foram além. O México e o Chile, por exemplo, foram os primeiros países da região a formalizar seus Planos Oceânicos Sustentáveis.

No caso do México, ele está integrado à sua Estratégia Nacional de Biodiversidade Marinha; já no caso do Chile, há o ambicioso plano de alcançar uma gestão sustentável de 100% de seu território marítimo até 2030. Essas estratégias são roteiros abrangentes que articulam as políticas e projetos já existentes com as novas iniciativas em matéria de sustentabilidade.

Uma oportunidade para acelerar a criação de novos Planos Oceânicos Sustentáveis é a iniciativa Ocean Action 2030, uma coalizão global na qual o WRI oferece apoio técnico e científico especializado, enquanto o CAF e o WEF disponibilizam recursos técnicos e financeiros para sua estruturação.

"A economia azul sustentável visa garantir que as atividades econômicas relacionadas aos oceanos e às suas costas sejam realizadas de acordo com critérios de sustentabilidade ambiental, inclusão social e equidade territorial.

O PIB AZUL

Não existe um número consolidado sobre a contribuição das atividades que dependem do oceano e do litoral da América Latina e do Caribe. Na verdade, esse é um dos problemas identificados no relatório: a falta de um sistema integrado de informações marinhas que permita não apenas quantificar a contribuição da economia azul sustentável para o Produto Interno Bruto (PIB) regional, mas também sua contribuição ecossistêmica.

No Brasil, onde já se avançou nessa quantificação, o estado estima que 19% do seu PIB regional dependa de seu litoral.

Outros números mostram a magnitude da economia azul na região. Por exemplo, setores como o turismo — segundo dados do World Travel & Tourism Council, para 2024 — geraram, em 2014, 714 bilhões de dólares, representando 10% do PIB regional.

Sumando los aportes del sector logístico, pesquero y energético, la estimación podría multiplicarse sustancialmente.

POTENCIAL EÓLICO MARINHO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

PAÍS	POTENCIAL TÉCNICO ESTIMADO / ESTUDOS OFICIAIS (GW)	DEMANDA TOTAL ELETRICIDADE (GWH / AÑO)
México	1.600 (ZEE)	340.000 (2020–2022)
Costa Rica	14,4	11.600 (2020–2022)
Antígua e Barbuda	18,2	0,04
Bahamas	34,2	0,22
Barbados	7,3	1.04
Grenada	10,4	25
Jamaica	12,9	0,6
São Cristóvão e Nevis	9,7	24
Santa Lúcia	4,4	46
São Vicente e G.	6,7	17
Trinidad e Tobago	34	1.06
Brasil	≈700 (EPE, ±50 m)	532.000 (2023)
Colômbia	109 (Caribe, águas rasas)	82.084,9 (2024)
Peru	347 (fixo 32-33; flutuante 315)	58.348 (2023)
Venezuela	381 (fixo 115; flutuante 266)	Sem dados oficiais

Nota: A tabela inclui apenas os países com estudos oficiais sobre o potencial técnico estimado.

FONTE: RELATÓRIO REGIONAL SOBRE ECONOMIA AZUL SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Que o investimento dê certo

Além de formular políticas que sirvam como marco conceitual para articular o desenvolvimento da economia azul sustentável, é necessário que elas se tornem realidade. E, para isso, são necessárias grandes doses de inovação, cooperação público-privada e financiamento estratégico.

Do ponto de vista financeiro, o relatório identificou várias iniciativas inovadoras para mobilizar recursos para setores estratégicos e para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas costeiros. Por exemplo, em 2025, o Chile — liderado pelo seu Banco Central — emitiu seu primeiro Bônus Azul para financiar projetos voltados para a conservação marinha, o desenvolvimento sustentável da orla costeira e a adaptação às mudanças climáticas.

Em Barbados e no Equador, também se destacam as operações de troca de dívida por recursos naturais, apoiadas pelo sistema bancário multilateral internacional e por diversos organismos multilaterais. O compromisso desses países é destinar os recursos economizados no pagamento da dívida a metas concretas de conservação.

O desenvolvimento dos títulos de Carbono Azul também é identificado no relatório como uma grande oportunidade para encontrar mecanismos de financiamento para a preservação na região. Embora seu desenvolvimento ainda esteja em fase inicial, já existem iniciativas em andamento no México, Panamá, Colômbia, República Dominicana, Belize, Trinidad e Tobago, Brasil, Argentina e Uruguai.

No setor privado, os portos da região estão realizando investimentos consideráveis não apenas na expansão de sua capacidade, mas também na implementação de estratégias de sustentabilidade no cerne de seus negócios. Um caso que merece destaque é o do Panamá, que atualmente está implementando um plano de ação para a sustentabilidade hídrica e o hidrogênio verde, com a meta de produzir 500 mil toneladas desse combustível até 2030, a fim de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

No setor hoteleiro de Granada e da República Dominicana, há projetos inovadores para coletar e processar a sargaço — uma alga marinha flutuante que se tornou uma ameaça ao turismo regional — a fim de transformá-la em biogás, biofertilizantes e aditivos para a indústria cosmética.

E talvez um dos setores com maior potencial de desenvolvimento e contribuição para a economia azul sustentável seja o de energia. O relatório estima que, entre a energia eólica offshore, a energia das marés — que gera eletricidade com os movimentos das marés —, a energia das ondas — que utiliza a força das ondas — e a energia solar flutuante, há um potencial técnico estimado em 8.000 GW para a região. Embora ainda não haja projetos em operação nessas tecnologias, vários países já mapearam seu potencial concreto.

O mar é fonte de vida, recursos, cultura e tradições para grande parte da América Latina e do Caribe; por isso, conservar seus ecossistemas, em uma região que abriga grande parte da biodiversidade do planeta, além de ser uma questão de sobrevivência, representa um oceano de oportunidades para que o desenvolvimento e a conservação avancem lado a lado, garantindo assim um crescimento econômico sustentável e equitativo.

A tarefa urgente de reduzir a disparidades

As mulheres afrodescendentes e indígenas da América Latina sofrem uma dupla discriminação histórica: por serem mulheres e por sua origem racial e étnica. Como enfrentar esse problema?

@AgendaCAF



As palavras de Ana Baiardi, gerente de gênero, inclusão e diversidade do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —, resumem a dimensão do desafio: "A diversidade étnico-racial é um dos maiores patrimônios da América Latina e do Caribe. Transformar essa riqueza em igualdade de oportunidades para todas as pessoas continua sendo um dos desafios mais urgentes da região".

A origem dessa desigualdade remonta à época colonial, que relegou a população indígena e os afrodescendentes — na condição de escravos — aos estratos mais baixos da sociedade. No entanto, a formação das repúblicas, a abolição da escravidão e o reconhecimento dos direitos dos indígenas e da população afrodescendente não conseguiram romper essa estrutura social rígida, que permanece quase intacta até hoje, com um racismo muito semelhante ao daquela época. Os povos indíge-

> **O estudo do CAF revela que boa parte do problema reside no fato de que as disparidades de gênero nesse segmento populacional não foram analisadas de maneira integral.**

nas e afrodescendentes continuam a ocupar as camadas mais baixas da sociedade, mergulhados na pobreza decorrente da discriminação, da baixa escolaridade, da falta de emprego digno, da participação limitada na tomada de decisões, do acesso precário à saúde e das poucas oportunidades de ascensão social.

Essa realidade é ainda mais evidente no caso das mulheres. Embora a igualdade de gênero tenha se tornado uma das conquistas sociais mais importantes das últimas décadas — uma batalha que ainda tem muitos combates a serem travados —, o mesmo não se pode dizer das mulheres indígenas ou afrodescendentes.

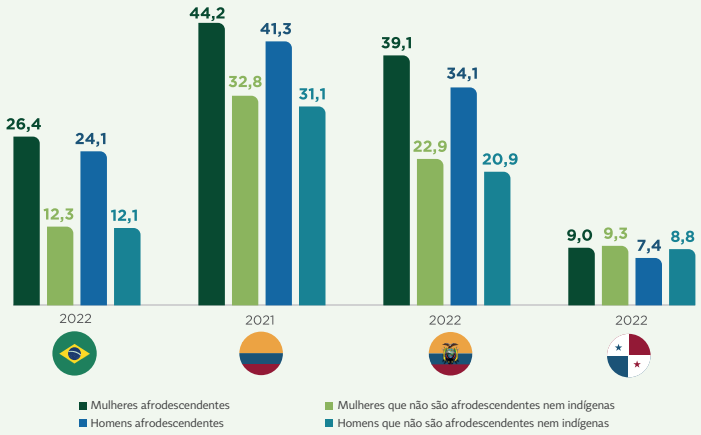
O estudo Brechas de género en mujeres afrodescendientes e indígenas en América Latina , produzido pelo CAF, revelou que grande parte do problema reside no fato de que as disparidades de gênero nesse setor da população não têm sido analisadas de forma abrangente, ou seja, levando em consideração não apenas sua condição de mulheres, mas também sua pertença a grupos que foram historicamente discriminados por causa de sua raça ou classe, o que se traduz em dupla discriminação.

"As políticas públicas tradicionais tendem a ignorar as intersecções de gênero, raça e classe, resultando em uma abordagem que não considera as necessidades específicas e variadas de diferentes grupos sociais. A fragmentação e a especialização inerentes a essas políticas levam ao desenvolvimento de soluções parciais e desconexas que não abordam as múltiplas dimensões da opressão que as pessoas enfrentam", afirma o documento.

A dimensão da desigualdade

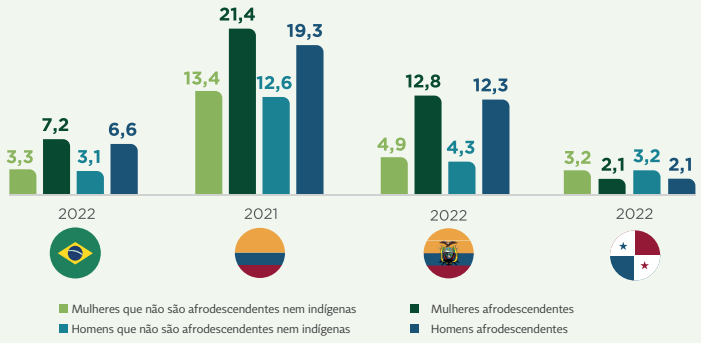
O estudo examinou quatro países: Brasil, Colômbia, Equador e Panamá, e constatou que, embora cada país tenha suas particularidades, uma análise comparativa mostra a persistência de disparidades em quatro áreas específicas: trabalho, educação, saúde e participação política.

POPULAÇÃO VIVE EM SITUAÇÃO DE POBREZA, DE ACORDO COM A AUTOIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E O SEXO



FONTE: ANNY OCORÓ LOANGO, COM BASE EM DADOS DO CEPALSTAT (CEPAL, 2024C).

POPULAÇÃO VIVE EM EXTREMA POBREZA, DE ACORDO COM A AUTOIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E O SEXO

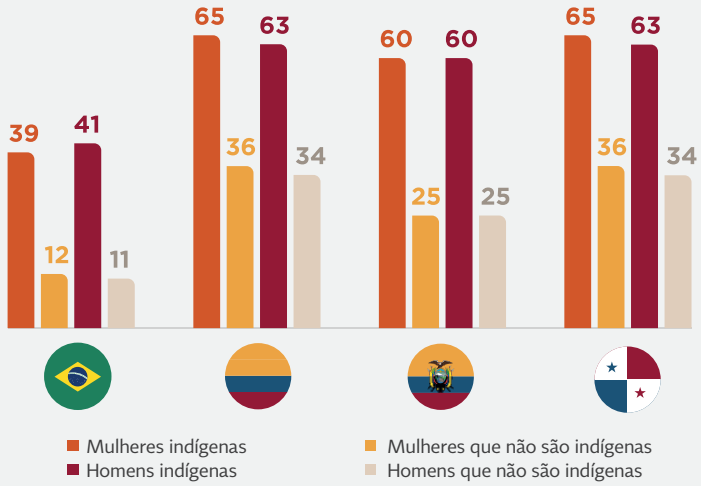


FONTE: ANNY OCORÓ LOANGO, COM BASE EM DADOS DO CEPALSTAT (CEPAL, 2024C).

Trabalho. Uma grande porcentagem de mulheres afrodescendentes vive em situação de pobreza, incluindo extrema pobreza, e tende a ocupar os empregos mais precários e com os menores salários, além de terem os menores benefícios da seguridade social. Com exceção do Panamá, a porcentagem de mulheres afrodescendentes que trabalham como domésticas, por exemplo, é 15% maior em comparação com mulheres não afrodescendentes.

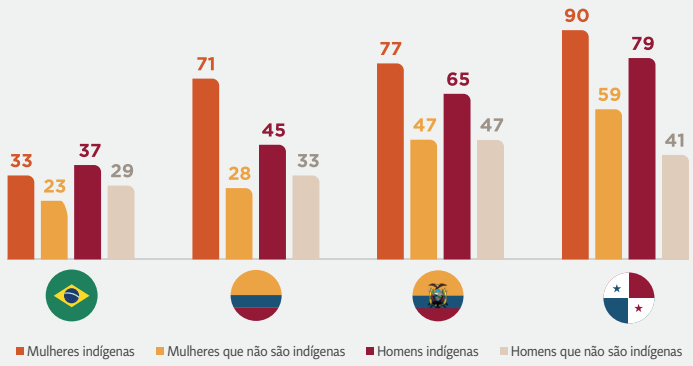
As mulheres indígenas, por sua vez, têm acesso limitado a empregos de qualidade. Geralmente, ganham a vida no setor informal ou dedicam-se ao

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO VIVENDO EM SITUAÇÃO DE POBREZA (POR VOLTA DE 2020)



FONTE: FUNDAÇÃO SHUNGO COM BASE NA CEPAL (2023A)

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO INFORMAL (2020)



FONTE: FUNDAÇÃO SHUNGO COM BASE NA CEPAL (2023A)

cuidado e sustento da comunidade, uma tarefa subvalorizada nas cadeias de valor econômico. Devido à escassez de empregos nas áreas rurais, são obrigadas a migrar para as grandes cidades, mas levam muito tempo — quando conseguem — para se integrar à economia urbana.

Educação. As mulheres afrodescendentes são o grupo populacional com menor probabilidade de concluir o ensino fundamental, médio ou superior. Em comparação com as mulheres não afrodescendentes, por exemplo, para cada duas mulheres não afrodescendentes que concluem o ensino superior, apenas uma mulher afrodescendente o faz.

Em relação às mulheres indígenas, não apenas há escassez de oferta educativa em seus territórios, mas praticamente não existe um modelo educacional que seja pertinente com sua cultura. A isso se soma o costume ancestral de privilegiar a educação dos filhos homens, sob a consideração de que a mulher deve se dedicar às tarefas de cuidado e ao sustento da comunidade.

Saúde. Nos quatro países estudados, as mulheres afrodescendentes apresentam as maiores taxas de mortalidade materna e gravidez na adolescência. Além disso, os centros de saúde em suas comunidades não são apenas escassos, mas também inadequados, situação agravada pela precariedade de seus empregos, o que as impede de acessar a seguridade social. Por fim, as mulheres afrodescendentes são especialmente vulneráveis à violência racial e sexual, particularmente aquelas que pertencem a grupos não conformes com o gênero.

Para as mulheres indígenas, o principal problema é o acesso à água potável e ao saneamento básico. A falta dessa infraestrutura básica não afeta apenas a elas, mas também coloca em risco a saúde de seus filhos. Além disso, os serviços de saúde em seus territórios são escassos, e ainda mais os serviços culturalmente adequados, especialmente os relacionados à obstetrícia e ginecologia. Brasil, Colômbia e Equador, em particular, já institucionalizaram serviços de saúde para comunidades indígenas, mas ainda há um longo caminho a percorrer para implementá-los de forma efetiva.

Participação política. Brasil, Colômbia e Equador já reconhecem constitucionalmente os direitos políticos das populações afrodescendentes e indígenas, diferentemente do Panamá. Contudo, nesses quatro países, o ativismo feminino tem se destacado, permitindo que mulheres afrodescendentes incluam suas demandas nas agendas governamentais. Mesmo assim, esses movimentos ainda não alcançaram plena implementação em maior representação política de mulheres afrodescendentes em cargos eletivos locais ou nacionais, nem em pastas governamentais.

As mulheres indígenas, por sua vez, exercem sua participação política sobretudo nas estruturas comunitárias, mas o acesso aos níveis de tomada de decisão do Estado continua sendo escasso. Nesse sentido, existe um obstáculo adicional: nem todos os países dispõem de dados desagregados por autoidentificação étnica ou de gênero, o que dificulta a possibilidade de verificar efetivamente a participação das mulheres indígenas nos parlamentos.



Os caminhos a percorrer

Após mais de 500 anos, as estruturas sociais que discriminam as mulheres afrodescendentes e indígenas, herdadas da época colonial, permanecem. E é necessário um compromisso dos governos e da sociedade em geral para que essas comunidades deixem de sofrer a discriminação atávica por causa de sua raça, etnia, classe social ou gênero, e se incorporem ao desenvolvimento da região em condições de igualdade, equidade e oportunidades.

Um primeiro passo é incorporar a perspectiva étnico-racial, de gênero e interseccional nos programas de emprego e produtividade, bem como implementar mecanismos de monitoramento que garantam a proteção trabalhista das mulheres afrodescendentes e indígenas, com especial atenção à prevenção da discriminação racial ou de gênero. Da mesma forma, é pertinente que os governos — em parceria com o setor privado — apliquem um sistema de cotas que ajude a ampliar o acesso ao emprego formal e, consequentemente, à previdência social, e que introduzam nas comunidades programas para a formalização do emprego e do empreendedorismo em setores como agricultura, turismo, comércio e artesanato.

É prioritário ampliar a cobertura de saúde nos territórios indígenas e de afrodescendentes, não apenas por meio de infraestrutura em hospitais e postos de saúde, mas também com equipes médicas que compreendam as práticas culturais e sociais das populações atendidas. Da mesma forma, é necessário ampliar a infraestrutura que garanta o abastecimento de água potável e o serviço de esgoto nas áreas rurais.

No campo da educação, não basta apenas estabelecer programas para diminuir a evasão escolar no ensino fundamental, médio e superior; é necessária também uma ampla intervenção social para reduzir a gravidez na adolescência. Poderia ser criado um fundo especializado, com recursos públicos e privados, para garantir a conclusão dos estudos de um número cada vez maior de mulheres desse segmento da população, bem como programas de formação acadêmica para os professores dessas regiões, com ênfase na adequação cultural das populações.

> **Os estados devem implementar um sistema de cotas que permita que mulheres afrodescendentes e indígenas tenham representatividade nos centros de poder.**

Os estados também devem promover a criação de creches nas grandes cidades, a fim de facilitar a integração das mulheres indígenas e afrodescendentes à vida econômica das metrópoles para as quais migram.

A outra grande questão pendente é a vigilância permanente contra a violência de gênero sob uma perspectiva interseccional, tanto por meio de centros de atendimento a denúncias de violência quanto por meio de uma ampla campanha de conscientização nos territórios sobre a rejeição a todas as formas culturais de violência contra as mulheres.

Finalmente, os estados devem implementar um sistema de cotas que permita que mulheres afrodescendentes e indígenas tenham representatividade nos centros de poder; da mesma forma, devem acompanhar essa decisão com programas de mentoria e capacitação política, de liderança e governança, para que elas possam exercer essa participação com competência e aplicar os conhecimentos em seus territórios.

Educação ambiental para as crianças

‘Pequeños guardianes del planeta’ é uma série de contos infantis que busca promover hábitos que respeitem o planeta entre meninos e meninas.

@AgendaCAF











Promover a educação ambiental nos primeiros anos de vida e transformar as boas práticas em relação ao meio ambiente em hábitos é fundamental para a conservação do planeta.

Nesse contexto, surgiu Pequeños guardianes del planeta, uma série de cinco contos infantis escritos por Marcelo Corti e Melisa Lombardo e ilustrados por Camila Liandro, que contou com o apoio do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe — e da Asociación Civil GestiónARG.

A coleção tem como protagonistas Giuli e Caty, duas crianças que embarcam em aventuras por cinco cidades latino-americanas para ajudar a GEO, uma representação do planeta Terra.

Em Buenos Aires, por exemplo, Giuli e Caty ajudam a GEO a reduzir suas altas temperaturas (aquecimento global); em Medellín, a história gira em torno da importância de reciclar corretamente; na Cidade do México, o foco está na preservação da água; em Montevidéu, o desafio é tomar medidas para reduzir o consumo de energia; e no Rio de Janeiro, o objetivo é cuidar da melhor maneira possível dos animais.

No final de cada conto, há uma ficha conceitual para reforçar os conhecimentos em casa e na sala de aula, com conceitos básicos sobre o meio ambiente, bem como ações que promovem hábitos que respeitam o planeta.

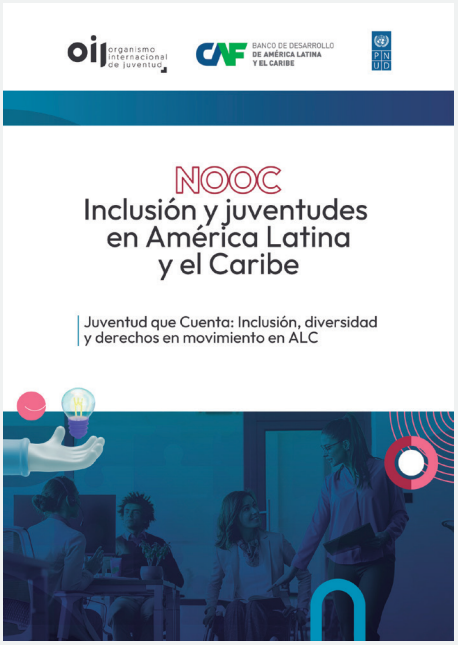
As fichas apresentam atividades para serem realizadas em sala de aula, voltadas para crianças de três e quatro anos, bem como para meninos e meninas de cinco e seis anos. Elas também oferecem um calendário de atividades diárias para reforçar a preservação do meio ambiente em casa.

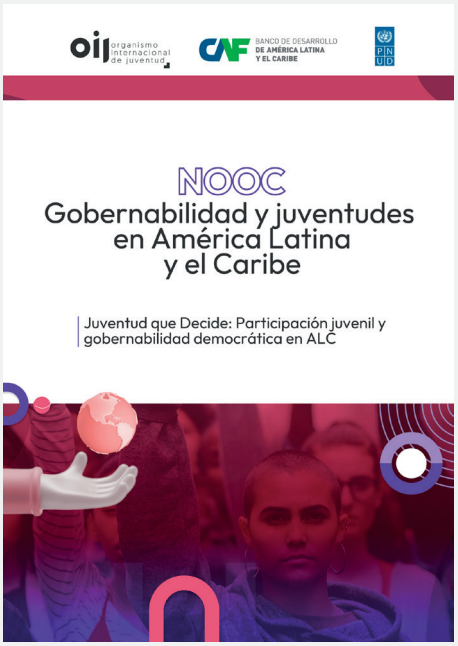
A coleção Pequeños guardianes del planeta pode ser baixada gratuitamente (em formato PDF) na Biblioteca Digital do CAF, permitindo que qualquer pessoa comece a promover o cuidado com o meio ambiente entre as crianças por meio de uma leitura divertida, acessível e amigável.

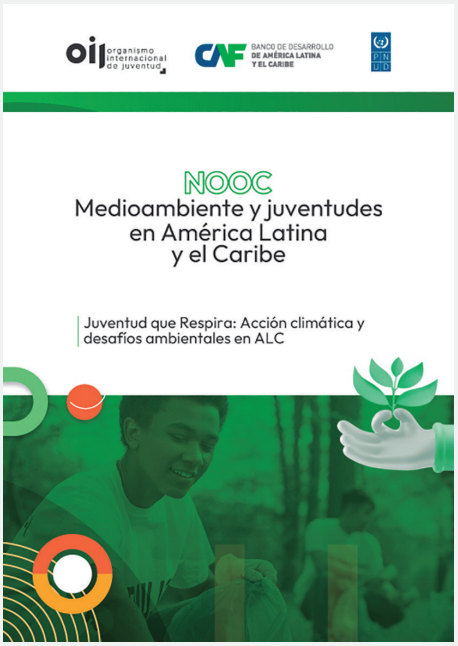
A coleção de contos infantis apresenta suas protagonistas, Giuli e Caty, em cinco cidades latino-americanas, nas quais elas devem ajudar a GEO a superar desafios ambientais.

Desafios da juventude na América Latina e no Caribe

O CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe —, em parceria com organismo Internacional de Juventude (OIJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), disponibiliza uma série de minicursos virtuais sobre os principais desafios enfrentados pelos jovens da região.
São três cursos gratuitos, on-line e autogeridos — disponíveis na seção Capacitações do site do CAF — que oferecem ferramentas, dados e boas práticas sobre inclusão, governança e meio ambiente a partir de uma perspectiva regional.







BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE

Após um processo criativo que começou com 500 propostas, esta imagem foi escolhida como ae

Marca Regional da América Latina e Caribe

América Latina e Caribe

Cada caminho
uma oportunidade

"Isso não é apenas uma marca, é uma declaração de identidade. A América Latina e Caribe não são apenas uma região; são o reservatório planetário de sustentabilidade e emoção."

Gustavo Santos, diretor da ONU Turismo para as Américas, jurado.



Criadores:
Ana Belén Arregui (Equador), Alejandro Muñoz Bottas (Equador) e Jean Nicolas Guerreiro (Brasil)

INICIATIVA DO
CAF – BANCO DE
DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE

“Visões do Desenvolvimento
é uma resposta à necessidade
de reposicionar a América Latina e o Caribe
no mundo. Convidamos acadêmicos,
líderes sociais, empresários e toda a
comunidade internacional a se juntarem
a esta iniciativa, contribuindo com suas
perspectivas e conhecimentos para
construirmos juntos um futuro mais próspero
para a América Latina e o Caribe”.

Sergio Díaz-Granados
Presidente Executivo do CAF

CAF
BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE